

Faculdade Canção Nova

Ivonise do Espírito Santo Cerqueira

A DOUTRINA MARIOLÓGICA DA *LUMEN GENTIUM*

**Cachoeira Paulista
2021**

Faculdade Canção Nova

Ivonise do Espírito Santo Cerqueira

A DOCTRINA MARIOLÓGICA DA *LUMEN GENTIUM*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Graduação em Teologia na Faculdade Canção Nova sob a orientação do Prof. Doutor Lino Rampazzo.

**Cachoeira Paulista
2021**

Dedico este trabalho de modo particular a Emanuel e à Virgem Santíssima, por sempre investirem e acreditarem no meu potencial.

À minha querida avó Júlia Cerqueira, (in memoriam), possuidora da Sabedoria reservada aos simples, uma grande teóloga, formada na Teologia dos joelhos, que me ensinou a ler e amar as Escrituras, a rezar e confiar em Deus, de forma lúdica e catequética.

Aos meus pais Antônio Cerqueira (In memoriam) e Ivone do Espírito Santo Cerqueira (In memoriam), que me educaram com esmero e investiram na minha formação intelectual.

À família Espírito Santo Cerqueira, que sempre me apoia e me incentiva a ir além, para fazer jus ao meu onomástico: Espírito Santo, autor de todo progresso e todo conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a muitos que possibilitaram a realização deste trabalho direta ou indiretamente. A Deus, meu grande amigo de todas as horas; à Virgem Maria, que em tudo me auxiliou; à toda família Espírito Santo Cerqueira que sempre me incentivou; aos meus professores, por me ajudarem nessa empreitada acadêmica; aos meus colegas, pela solicitude e colaboração; aos meus irmãos de Comunidade; à minha família espiritual Canção Nova, que me possibilitou fazer o curso de Teologia; aos meus queridos formandos; aos meus amigos.

À Vossa Proteção recorreremos Santa Mãe de Deus, não desprezeis as nossas súplicas em nossas necessidades, mas livrai-nos sempre de todos os perigos, ó Virgem gloriosa e bendita.
(*Sub tuum præsidium* - Oração do século III)

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo colocar em relevo a doutrina mariológica da *Lumen Gentium* e situar a figura de Maria na história da salvação de modo que a Sua missão seja clara e os critérios doutrinários emanem maior compreensão a respeito da função de Maria no mistério de Cristo e da Igreja. O Concílio Vaticano II enfatiza que a Sagrada Escritura delinea a missão de Maria, a qual está fundamentada implicitamente no Antigo Testamento e explicitamente no Novo Testamento, e, à luz desse intercâmbio, o mistério é desvelado na “plenitude dos tempos” evidenciando a íntima participação de Maria no mistério de Cristo. O desenvolvimento do trabalho parte de três dimensões: a missão de Maria na economia da salvação, evidenciado pela sua intrínseca relação com Cristo no mistério do Verbo encarnado, ponto fulcral do mistério salvífico, que teve sua eminência com a Anunciação do anjo. Apresenta a infância, assim como a vida pública de Jesus, que teve seu início nas Bodas de Caná, e o mistério Pascal e Pentecostes; seguidamente sublinha a função de Maria nos mistérios de Cristo e da Igreja. Aponta Maria na obra da redenção e santificação, e esta, compreende o mistério pascal (paixão, morte e ressurreição); realça seu papel como tipo e modelo da Igreja, Virgem e Mãe, assim como as suas virtudes que devem ser imitadas pela Igreja. Por fim, expõe a relevância de Maria como Mãe da esperança e consolação na Igreja, o culto a Maria, a importância litúrgica e sua contínua intercessão pelo povo de Deus.

Palavras-chave: Maria; *Lumen Gentium*; Cristo; Mistério; Concílio.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 MARIA NA ECONOMIA DA SALVAÇÃO À LUZ DA LUMEN GENTIUM	11
2.1 A missão de Maria na Economia da Salvação	11
2.2 Maria na infância e na vida pública de Jesus	17
2.3 Maria no Mistério Pascal e no Pentecostes	24
3 A BEM-AVENTURADA VIRGEM E A IGREJA À LUZ DA LUMEN GENTIUM	27
3.1 Maria na obra de redenção e santificação	27
3.2 Maria tipo da Igreja como Virgem e Mãe	31
3.3 As virtudes de Maria que devem ser imitadas pela Igreja	35
4 MARIA, MÃE DA ESPERANÇA E CONSOLAÇÃO À LUZ DA LUMEN GENTIUM	40
4.1 O Culto a Maria na perspectiva da esperança cristã	46
4.2 Maria sinal de esperança segura para o povo cristão	48
4.3 Maria que intercede por todo povo de Deus	52
5 CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

At - Atos dos Apóstolos

Ex - Livro do Êxodo

Dt - Deuteronômio

Sl - Salmos

Is - Isaías

Mq - Miqueias

Sf - Sofonias

Jo - Evangelho de São João

Mt - Evangelho de São Mateus

Mc - Evangelho de São Marcos

Lc - Evangelho de São Lucas

Ap - Apocalipse

Tt - Tito

Cl - Colossenses

Cor - Coríntios

Gl - Gálatas

Gn - Genesis

CIC - Catecismo da Igreja Católica

AP - Carta Encíclica *Adiutricem Populi* do Papa Leão XIII sobre o Rosário de nossa Senhora

DS - Heinrich Denzinger, *Enchiridion Symbolorum*: definições do magistério da Igreja

DV - *Dei Verbum*, Constituição Dogmática do papa Paulo VI sobre a Revelação Divina

GS - *Gaudium et Spes*, Constituição Pastoral do Concílio Vaticano II

LG - *Lumen Gentium*, Constituição Dogmática do Concílio Vaticano II sobre a Igreja

VD - *Verbum Domini*, Exortação Apostólica Pós-Sinodal do papa Bento XVI

RVM - *Rosarium Virginis Mariae* Carta apostólica do Papa João Paulo II sobre o Rosário

MC - *Marialis Cultus* Exortação Apostólica do Papa Paulo VI

RD - *Redemptoris Donus* Carta Apostólica do Papa João Paulo II

RM - *Redemptoris Mater* Carta Encíclica do Papa João Paulo II

TM - *Tertio Millenio* Carta Apostólica do Papa João Paulo II

1 INTRODUÇÃO

O Concílio Vaticano II reconheceu a necessidade de esclarecer a missão de Maria, organizar especificamente os critérios doutrinários e redescobrir novas dimensões que favorecessem a pesquisa mariológica. Pôs em relevo a presença singular de Maria, sua efetiva participação no mistério de Cristo e da Igreja, ressaltando a cooperação e o significado histórico do seu papel na história da salvação. Ao considerar essa importância, esta pesquisa apresenta em seu conteúdo pressupostos fundamentais para explicar a evolução doutrinária sobre a Mãe de Deus, aprofundando pontos de referência histórica e teológica com o objetivo de expor o desenvolvimento da doutrina a respeito da maternidade divina de Maria, que se subdivide em dois aspectos: a maternidade divina no mistério de Cristo — que reflete o cerne doutrinário do mistério e da missão de Maria — e a maternidade divina no mistério da Igreja.

Pode-se observar que os padres conciliares passaram a interpretar esses aspectos como um prolongamento do mistério de Cristo na história e propuseram um aprofundamento da doutrina mariana. Paulo VI, prudentemente, dispôs três orientações importantes para esclarecer as questões marianas: integrar a doutrina mariana no esquema *De Ecclesia*; enunciar claramente a singularidade e a iminência de Maria no seio da Igreja e determinar a missão de Maria em relação tanto a Cristo quanto à Igreja.

O Concílio Vaticano II elaborou um capítulo exclusivo no documento conciliar *Lumen Gentium* sobre a Virgem Maria como Mãe de Deus. A constituição dogmática tinha como finalidade evidenciar a missão de Maria no mistério do Verbo encarnado e Redentor da sua Igreja, como Sacramento de Salvação e salientar os deveres da Igreja para com Maria.

A organização e exposição da doutrina apresentaram duas dimensões. Um aspecto teológico, que ressaltou a intrínseca relação de Maria com a Igreja, ou seja, a exemplaridade e a significação para a Igreja histórica e escatológica e a tipologia em face da maternidade da Igreja. O outro aspecto enfatizou o cunho litúrgico e pastoral, onde foram salientadas normas gerais para a renovação e a compreensão do culto litúrgico e devocional, que particularmente a Igreja e os fiéis devem prestar à Virgem Santíssima.

Maria foi situada no mistério de Cristo e da Igreja, como membro ativo não acima da Igreja e tão pouco fora da Igreja. Pode-se constatar que o documento apresentou uma síntese doutrinária sobre Maria, integrando-a totalmente no cerne da economia da salvação e do

mistério de Cristo, considerando-a efetivamente a Mãe de Deus diante da missão desempenhada na história da salvação.

O Vaticano II, sapientemente convidou a Igreja a sair das especulações e retornar às fontes da Escritura e da Tradição, ampliando o significado do papel de Maria na história da salvação e sua íntima relação com a Igreja.

O presente trabalho está dividido em três partes. O primeiro capítulo tem como objetivo descrever o relevante papel de Maria na Economia da salvação à luz da *Lumen Gentium*, significando que a Anunciação determinou a função de Maria na história da salvação e revelou sua singular missão de unir o Salvador à humanidade. De igual modo, evidencia Maria desde a infância à vida pública de Jesus, com enfoque na intervenção de Maria no primeiro milagre de Jesus, nas Bodas de Caná. Põe também em relevo a profunda comunhão entre Maria e Jesus, sua exímia missão como Mãe do Redentor em todo mistério Pascal e em Pentecostes.

O segundo capítulo refere-se à Bem-Aventurada Virgem Maria e a Igreja à luz da *Lumen Gentium*. Neste sentido, é importante destacar que pela maternidade divina, Maria colaborou livre e efetivamente com Deus na obra da redenção e santificação e, nela houve a concretude do desígnio divino da salvação. Também dá particular enfoque à Sua elevada santidade e relevância como tipo da Igreja, Virgem e Mãe, tendo em vista a sua cooperação na obra da salvação, como modelo de fecundidade da Igreja. Também foram evidenciadas as virtudes de Maria que devem ser imitadas por toda Igreja.

O terceiro capítulo apresenta Maria, Mãe da Esperança e Consolação à luz da *Lumen Gentium*, enfatizando a necessidade da justa compreensão do culto litúrgico e devocional dedicado à Santíssima Virgem, acentuando a relevância do seu papel na história da salvação e na vida da Igreja. Realça a figura de Maria como sinal de esperança segura para o povo cristão, constatando que na terra Maria brilha como sinal de esperança e conforto para o povo de Deus que está a peregrinar na terra até a vinda do Senhor. Com efeito, também foi destacada a missão universal de Maria, que intercede por todo povo de Deus e coopera para que os cristãos tenham livre acesso ao caminho da salvação.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental, por meio de uma leitura mais sistemática, com fichamentos das obras pesquisadas, acentuando os assuntos mais relevantes apresentados pelos respectivos autores. A pesquisa bibliográfica terá como base referências doutrinárias publicadas em livros especializados e na documental serão evidenciados os textos da Sagrada Escritura e os Documentos do Magistério da Igreja referentes à temática apresentada. Por fim, é importante salientar que esta

monografia não tem pretensões de desenvolver análises profundas de exegese e da reflexão histórica a respeito da doutrina mariológica. Pretende-se à luz da *Lumen Gentium* ampliar a compreensão do papel de Maria na história da salvação e evidenciar que Ela é um modelo perfeito de humildade, fé, obediência, esperança e caridade a ser imitado pela Igreja hodierna.

2 MARIA NA ECONOMIA DA SALVAÇÃO À LUZ DA *LUMEN GENTIUM*

O Concílio Vaticano II situou no oitavo capítulo da *Lumen Gentium* a bem-aventurada Virgem Maria no mistério de Cristo e da Igreja tomando como base a Sagrada Escritura e a Tradição de modo a colocar em relevo sua presença ativa e operante na história da salvação e ao mesmo tempo salientar sua presença em todos os momentos da vida de Jesus. Ao constatar a relevância desse tecido espiritual destacamos: A Missão de Maria na Economia da Salvação; Maria desde a infância até a vida pública de Jesus; Maria no Mistério Pascal e também Maria em Pentecostes.

2.1 A missão de Maria na economia da salvação

O Concílio Vaticano II no uso das suas atribuições integrou sistematicamente a figura de Maria ao capítulo VIII da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. Segundo Hauke (2021) foi posta em relevo a necessidade de esclarecer, individualizar, expandir e aprofundar a missão de Maria, visando estabelecer critérios doutrinários que favorecessem uma correta compreensão da figura de Maria no mistério de Cristo e da Igreja.

Com efeito, pode-se observar a mútua relação entre a Sagrada Escritura e a Tradição, tendo em vista a sua relação com a Cristologia e a Eclesiologia que norteia com precisão e especificidade a presença singular de Maria na história da salvação. Por Maria, o Filho de Deus entrou na humanidade, “quando chegou a plenitude do tempo” (Gl 4,4), constituindo assim, uma chave de compreensão para a sua efetiva e fecunda participação no mistério de Cristo e da Igreja.

Esta ‘plenitude’ marca o momento em que o Espírito Santo que já tinha infundido a plenitude de graça em Maria de Nazaré, plasmou no seu seio virginal a natureza humana de Cristo. A mesma ‘plenitude’ denota aquele momento, em que, pelo ingresso do eterno no tempo, do divino no humano, o próprio tempo foi redimido e, tendo sido preenchido pelo mistério de Cristo, se torna definitivamente ‘tempo de salvação’. (RM,1).

Considerando o “ofício de interpretar autenticamente a Palavra de Deus” (CIC 85), o Magistério da Igreja prudentemente examinou os textos sagrados e tomou por base o método histórico-salvífico no sentido de mitigar as especulações e exageros, salvaguardar o essencial, promover o conhecimento, situar Maria na economia da salvação, para que os cristãos tenham uma visão clara, forte e determinante a respeito da função de Maria nos mistérios de Cristo.

Ao mesmo tempo realçou que Cristo é o epicentro e, somente Nele o mistério de Maria e do homem pode ser revelado, ou seja, “o mistério do homem só no mistério do Verbo Encarnado se esclarece verdadeiramente” (GS 22).

Ao explicar a doutrina mariológica, o documento conciliar objetivou esclarecer concisamente “não só o papel da Virgem Santíssima no mistério do Verbo encarnado e do Corpo místico, mas também os deveres dos homens resgatados para com a Mãe de Deus, Mãe de Cristo e Mãe dos homens, sobretudo dos fiéis” (LG 54).

Neste sentido, tornou-se evidente a intrínseca relação entre Maria e Cristo, significando que em “Maria se cumprem as profecias anunciadas no Antigo Testamento, que prometiam e anunciavam a vinda de Cristo” (LINHARES PINTO, 2018, p. 26). O Sagrado Concílio ainda explicitou que a missão de Maria está alicerçada na Sagrada Escritura, ou seja, implicitamente no Antigo Testamento e explicitamente no Novo Testamento e, à luz desse intercâmbio, constata-se que o mistério foi progressivamente desvelado. Compreende-se que a função de Maria “depende do desígnio trinitário que fez dela a Mãe de Deus [...], situa [...] na Igreja do lado dos salvos: aí ela exerce sua missão única” (SESBOUE, 2013, p. 510).

Logo, o Catecismo da Igreja Católica disse: “o que a fé católica crê, a respeito de Maria, funda-se no que crê a respeito de Cristo. Mas o que a mesma fé ensina sobre Maria esclarece, por sua vez, a sua fé em Cristo” (CIC 487). Assim está consolidada a missão de Maria prevista ao longo de toda história do povo de Israel.

Com efeito, é importante observar que, desde toda eternidade, Deus revelou-se por meio dos profetas ao povo eleito e no tempo determinado as promessas feitas desde os primórdios se cumpriram: “Eis que conceberás no teu seio e darás à luz um filho, e tu o chamarás com o nome de Jesus. Ele será grande, será chamado Filho do Altíssimo, e o Senhor Deus lhe dará o trono de Davi, seu pai” (Lc 1,31).

Nesta passagem cumpriu-se o que foi anunciado pelo profeta Isaías: “Pois sabeis que o Senhor mesmo vos dará um filho: Eis que a jovem concebeu e dará à luz um filho e pôr-lhe-á o nome de Emanuel” (Is 7,14). Com isso, pode-se observar que as profecias do Antigo Testamento já apontavam para Maria e aludiam à sua figura: “Uma Virgem prometida em casamento a um homem de nome José, da casa de Davi. A virgem se chamava Maria” (Lc 1,26-27).

Considerando que “na plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho nascido de uma mulher, sujeito à lei, para resgatar os que à lei estão sujeitos e fazer de nós filhos adotivos” (Gl 4,4), de igual modo é importante observar que nesse tempo especificamente “aprouve a Deus na sua bondade e sabedoria, revelar-se a Si mesmo” (DV 2).

A Anunciação inaugurou um novo tempo, determinou o papel excepcional de Maria na história da salvação determinando o caráter da missão de Maria em unir o Salvador a toda à humanidade. Bento XVI (2012) deu particular destaque ao título que o Anjo outorgou a Maria: “Alegra-te cheia de graça o Senhor está contigo” (Lc 1,28).

Ao ser interpelada, Maria momentaneamente desconcertou-se, mas ao compreender a natureza do anúncio perguntou corajosamente ao anjo: “Como é que vai ser isso, se eu não conheço homem algum?” (Lc 1,34). Convém explicar que:

Na Anunciação, de fato, Maria entregou-se a Deus completamente, manifestando “a obediência da fé” Àquele que lhe falava, mediante o seu mensageiro, prestando-lhe o “obséquio pleno da inteligência e da vontade”. Ela respondeu, pois, com todo o seu «eu» humano e feminino. Nesta resposta de fé estava contida uma cooperação perfeita com a «prévia e concomitante ajuda da graça divina» e uma disponibilidade perfeita à ação do Espírito Santo, o qual «aperfeiçoa continuamente a fé mediante os seus dons» (RM, 13).

O Papa Bento XVI ressaltou a obediência da fé de Maria, assim como a fé de Zacarias, sublinhando que os dois foram visitados de forma inusitada pelo anjo Gabriel, contudo, as respostas foram proferidas de acordo com a fé de expectativa dos respectivos protagonistas. O Santo Padre realçou a coragem de Maria ao perguntar ao anjo como se daria a concepção e enfatizou a incredulidade e o temor de Zacarias diante da revelação. “Zacarias perguntou ao anjo: de que modo saberei disso? Pois eu sou velho e minha esposa é de idade avançada” (Lc 1,18). Serra elucidada que:

A aparição a Zacarias ocorre no templo de Jerusalém, ‘à direita do altar do incenso’ (Lc 1,11). [...] Estamos, portanto, no lugar mais sagrado de todo Israel, ponto culminante de expressão da antiga Aliança. A aparição a Maria, ao contrário, se dá em ‘uma cidade da Galileia, chamada Nazaré’ (Lc 1,26). [...] Considerada ‘dos gentios’ (Is 8,23; Mt 4,14), isto é dos estrangeiros [...]. Já a partir deste prelúdio Deus dá a entender que a sua morada não estará mais ligada ao templo de Jerusalém. Qualquer canto deste mundo, por mais negligenciado, pode ser muito bem o Santuário da sua habitação. Nazaré e, obviamente, a pessoa de Maria aparece como o sinal do universalismo cristão. (SERRA, 1995, p.211).

Diante do contexto particular dos dois eleitos, observa-se que logo o anjo respondeu à prontidão de Maria: “O Espírito Santo virá sobre ti e o poder do Altíssimo vai te cobrir com a sua sombra, [...]. Disse então Maria: Eu sou a serva do Senhor; faça-se em mim segundo a tua palavra” (Lc 1,36-38). Assim predestinada desde o princípio, Maria livremente aderiu aos desígnios de Deus, o que gerou profunda mudança na história da humanidade e exigiu uma perseverança inflexível mediante a missão que lhe foi confiada. Neste sentido, Antonio Royo Marín escreveu:

A Anunciação foi para Maria a chave de toda sua existência. Deus, por escolha própria, a havia predestinado desde toda a eternidade para ser a Mãe do Verbo Encarnado, e o momento da anunciação foi para Maria de total e absoluta iluminação. [...]. Viu-se claramente associada por Deus, [...]. A partir desse momento, Maria começou a desempenhar o ofício de associada do Redentor, que haveria de consumir-se [...] sobre a colina ensanguentada do calvário. (MARÍN, 2020, p. 23).

A Exortação Apostólica *Verbum Domini*, publicada em setembro de 2010 pelo Papa Bento XVI, colocou em relevo a nobre missão de Maria como Mãe do Salvador e o seu sim que efetivamente legitimou a Nova Aliança entre Deus e o homem, mediante a sua “fé obediente” e operante, que a conduziu em todas as fases da vida de Jesus. Ainda observa-se que ela foi colocada no centro mais íntimo da verdade cristã, cooperou com a entrada do Eterno no tempo, tornou-se Mãe da Palavra Encarnada e assegurou que Deus em sua ação criadora conferiu à Virgem de Nazaré a perene dignidade de ser a Mãe do seu Filho.

Em vista da excelsa dignidade de Maria, o teólogo René Laurentin (1960), defende que Maria esteve presente em todos os momentos constitutivos do mistério da salvação, ou seja, a Encarnação, a Paixão, Morte e Ressurreição e Pentecostes. Desde o princípio foi designada para cooperar com a obra salvífica significando que nasceu e cresceu no Antigo Testamento. Pode-se observar que, além de viver com Cristo todos os mistérios, também esteve presente ao nascimento da Igreja, exercendo uma maternidade espiritual.

Além disso, Laurentin põe em relevo que, em Maria, Israel deu pleno nascimento ao Cristo por meio da Encarnação e, por conseguinte, exerceu sua função até a morte de Cristo e o nascimento da Igreja. Com efeito, ainda ressalta que o sim profético de Maria e a sua fé eminente, deu início à ‘Nova e Eterna Aliança’, e elucidou seu papel na história da salvação.

Proeminentemente observa-se que a fé cristã está compendiada em Maria. Assim, Cazelles (1988) ressalta que Maria passou a representar os remanescentes da casa de Israel, e dessa forma o novo Israel teve seu início com a verdadeira filha de Sião. Neste caso, o que deverá acontecer em Maria será uma nova criação: “o Deus que chamou o ser do nada estabelece em meio à humanidade um novo começo; sua Palavra se fez carne” (RATZINGER, 2015, p. 202).

Ainda sob o mesmo ponto de vista, salienta-se quão significativa foi a prontidão de Maria ao acolher solicitamente o anúncio, pois “abraçando de todo o coração a vontade divina da salvação, sem que nenhum pecado a retivesse, [...] entregou-se à pessoa e à obra de seu Filho, para servir, na dependência dele e com Ele, pela graça de Deus, ao Mistério da Redenção” (LG 56).

João Paulo II, na *Encíclica Redemptoris Mater*, explicou que, desde o primeiro instante da sua concepção, Maria participou da graça salvífica e santificante, começando pelo amor incondicional ao Filho do Pai Eterno e este pela Encarnação tornou-se seu Filho por obra do Espírito Santo. O Santo Papa ainda evidencia que a Sagrada Liturgia reconheceu Maria como genetriz do seu Genitor e ‘filha do seu Filho’, conforme a expressão que Dante Alighieri põe na boca de São Bernardo (RM 10).

Observa-se que, ao longo da sua existência, Maria esteve associada à obra redentora e pela sua fé operante ocupou eminentemente o lugar na ordem da redenção, desatando com sua obediência o nó dado por Eva. Esta insigne reflexão da *Lumen Gentium* (n. 56), evidencia a relação imprescindível entre Maria e Cristo, assim como a sua relevante cooperação na obra da salvação e conseqüentemente nos mistérios da vida de Cristo. A respeito disso Tanquerey escreveu:

É ela que cria e educa Jesus, alimenta-o e prepara-o para a imolação como vítima no calvário, tomando parte nas suas alegrias e tribulações, em seu humilde trabalho na casa de Nazaré, em suas virtudes, une-se, com generosíssima compaixão, à paixão e morte do seu Filho, reiterando o seu fiat ao pé da cruz e consentindo na imolação daquele que ama muito mais que a si mesma. [...], seu coração é trespassado por uma espada de dor. (TANQUEREY, 2018, p. 111).

Em vista da missão imprescindível de Maria, podem-se constatar aspectos basilares que ampliaram a dimensão da função de Maria como uma figura de profunda expressão teológica: “a nova “mulher”, a mãe da fé (Caná) e dos fiéis (cruz), a mulher cósmica (Ap 12), significando que a Igreja descobriu dimensões de seu mistério que estavam latentes no Depósito da fé” (BOFF, 2012, p. 18).

A Encarnação do Verbo atuou como ponto fulcral do mistério salvífico e nela se cumpriu tudo o que foi anunciado na Sagrada Escritura, assim como na estreita relação entre Cristo e a Virgem Maria na história da salvação, ou seja, “no mistério de Cristo, Maria está presente antes da criação do mundo, como aquela a quem o Pai escolheu para Mãe do seu Filho na Encarnação” (RM 8).

De igual modo, o divino mistério da salvação revelou a figura de Maria como membro “eminente e inteiramente singular da Igreja, seu tipo exemplar perfeitíssimo na fé e na caridade” (LG 53). Em outras palavras o Papa Paulo VI expõe a profunda comunhão existente entre Maria e Jesus, sua exímia missão como Mãe do Redentor, ressaltando sua vitória sobre a serpente diante da promessa referida aos primeiros pais caídos no pecado: “Porei hostilidade entre ti e a mulher, entre tua linhagem e a linhagem dela. Ela te esmagará a cabeça e tu lhe

ferirá o calcanhar” (Gn 3,15). Em vista desse fato o Concílio Vaticano II ainda fundamenta que:

Ela é a virgem que conceberá e dará à luz a um filho que se chamará Emanuel (cf. Is 7,14; comp. com Mq 5,2-3; Mt 1,22-23). Ela sobressai entre os humildes e pobres do Senhor, que confiadamente esperam e recebem Dele a salvação. Finalmente, consigo mesma, a Filha excelsa de Sião, após prolongada espera da promessa, cumpre-se a plenitude dos tempos e se instaura a nova economia, ao tomar dela a natureza humana o Filho de Deus a fim de livrar ao homem do pecado mediante os mistérios de sua humanidade. (LG 55).

Na esteira desse pensamento, compreende-se que o mistério da Encarnação era intrínseco na mensagem bíblica, e na Anunciação foi literalmente explicitado as revelações de Deus ao longo de toda peregrinação do povo de Israel, conforme escreveu J. P. Prévost:

A missão de Jesus é a vocação de Maria como a finalização e a realização em plenitude das promessas feitas a Israel: [...]. É em Jesus que a promessa inicial feita a Abraão encontra o seu cumprimento [...]. O Filho da promessa é Jesus. De modo igual, a vocação de Maria não se compreende senão referindo-a à história coletiva de Israel [...]. Maria personifica a filha de Sião (cf. Sf 3,14-17): símbolo do pequeno resto que permanece fiel a Javé. Ela é convidada a alegrar-se da vinda dos tempos messiânicos e da presença do Messias no Seu seio. (PREVOST, 1988, p. 18).

Assim também se compreende que o Novo Testamento foi à concretização da ação pedagógica de Deus ao longo de toda história de Israel, que teve pleno cumprimento quando o Anjo Gabriel anunciou a Maria que ela conceberia o Filho de Deus por obra do Espírito Santo. Neste sentido, compreende-se que o sim de Maria efetivou a continuidade do plano divino da salvação supracitado no Antigo Testamento, significando que a Virgem foi chamada a conceber aquele em quem habitará “corporalmente a plenitude divina” (Cl 2,9).

Tendo em vista essa constatação, o Papa João Paulo II salientou que “desde o primeiro momento, Maria professou, sobretudo a obediência da fé, abandonando-se aquele sentido que dava às palavras da Anunciação, aquele do qual elas provinham: o próprio Deus” (RM, 15).

Assim sendo, compreende-se que o sim de Maria foi a chave do cumprimento das promessas de Deus desde toda eternidade, e este, foi extensivo a toda humanidade. A respeito disso, Carlos Ignacio González escreveu:

O “sim” de Maria não se refere a um chamado de Deus para uma transformação individual ou para uma santidade privada. É um chamado particular a participar da obra salvadora por seu Filho: daí seu caráter universal. Assim, ‘a anunciação do anjo não se dirige apenas a Maria, mas à humanidade e à Igreja por intermédio de Maria’. (GONZALES, 1990, p. 81).

Com efeito, é importante destacar Maria no mistério do Verbo encarnado e ao mesmo tempo evidenciar que o Anjo também anunciou à ela a gravidez de sua prima

Isabel, salientando que Deus transforma os impossíveis. Ao compreender a força criadora de Deus e o profundo mistério que as envolvia, Maria logo partiu ao encontro de Isabel.

2.1 Maria na infância e na vida pública de Jesus

O evangelista Lucas ressalta a íntima relação entre Maria e Isabel. Coloca em relevo a gravidez de Isabel, sua impossibilidade em conceber na ordem natural, à semelhança das mulheres prefiguradas no Antigo Testamento que experienciaram pela fé a ação poderosa de Deus, tornando possível o que seria impossível e, assim, rompeu-se significativamente com os limites humanos. Objetivamente ele explicitou o que o anjo disse a Maria: “Também Isabel, tua parenta, até ela concebeu um filho na sua velhice; e já está no sexto mês aquela que é tida como estéril, porque a Deus nenhuma coisa é impossível” (Lc 1,37).

Diante de um fato inaudito, observa-se que “o sexto mês da gravidez de Isabel marca o início da gravidez de Maria e, portanto, o mistério da encarnação” (NEVES, 1987, p. 30), assegurando que, em Maria, as profecias tiveram pleno cumprimento demonstrando ser o ponto decisivo para o mais importante evento da história da humanidade, a saber, a vinda do Salvador. Lucas também salientou a prontidão de Maria, característica peculiar, intrínseca a sua função, que exprime uma capacidade linear em despojar-se de si mesma para ir ao encontro do outro, demonstrando perfeita solicitude e profunda disponibilidade em servir, sendo este um reflexo da sua essência: “Eis aqui a serva do Senhor. Faça-se em mim segundo a tua palavra” (Lc1, 38).

O encontro entre Maria e Isabel foi permeado pela presença latente de Deus, ou seja, “pelos lábios de Isabel [...] o próprio Espírito [...] exalta a pessoa e a conduta de Maria” (GAMBERO, 1995, p.365). “Bendita és tu entre as mulheres e bendito é o fruto do teu ventre. Donde me vem a honra de vir a mim a mãe do meu Senhor?” (Lc 1,43). E logo acrescentou: “Bem aventurada és tu que crestes, pois se não de cumprir as coisas que da parte do Senhor te foram ditas” (Lc 1,45), compreendendo, assim, que um novo tempo na história da humanidade tinha chegado por se tratar de um evento decisivo e misterioso. Eis como tudo isso é expresso no texto de São Lucas:

Todas as palavras, nesta saudação de Isabel, são densas de significado; no entanto, parece ser algo de importância fundamental o que ela diz no final: “*Feliz daquela que acreditou* que teriam cumprimento as coisas que lhe foram ditas da parte do Senhor” (Lc 1, 45). Estas palavras podem ser postas ao lado do apelativo ‘cheia de graça’ da saudação do Anjo. Em ambos os textos se revela um conteúdo mariológico essencial, isto é, a verdade acerca de Maria, cuja presença se tornou real no mistério

de Cristo, precisamente porque ela ‘acreditou’. *A plenitude de graça*, anunciada pelo Anjo, significa o dom de Deus mesmo; *a fé de Maria*, proclamada por Isabel aquando da Visitação, mostra como a Virgem de Nazaré *tinha correspondido a este dom*. (RM, 12).

Ao comentar o misterioso nascimento de Jesus na cidade de Belém, O Papa Bento XVI (2012) ressalta o contexto histórico e teológico evidenciado no Evangelho de São Lucas. Assim, o evangelista salienta o edito de Augusto César, dando particular enfoque ao recenseamento que obrigou José a deslocar-se junto com Maria para Belém, cronologicamente no décimo quinto ano do governo de Tibério César, sendo este o local determinado por Deus para que se cumprisse a promessa. “José subiu da Galileia, da cidade de Nazaré, para Judéia, à cidade de Davi, que se chama Belém, por ser da casa e da família de Davi” (Lc 2,4).

Logo, completaram-se os dias e se deu o prodigioso nascimento do Filho Unigênito de Deus na gruta de Belém. Por não encontrarem hospedaria, abrigaram-se numa gruta abandonada e, assim, ‘a luz do mundo’ foi colocada numa manjedoura. De igual modo, é possível relacionar essa passagem ao Evangelho de Mateus: “As raposas têm tocas e as aves do céu ninhos; mas o Filho do homem não tem onde reclinar a cabeça” (Mt 8,20).

Com efeito, o Papa Bento XVI evidenciou que o fato de Maria envolver o menino em faixas já aludia a sua morte cruenta e caracteristicamente a manjedoura já refletia uma espécie de altar. Ele também explicitou a interpretação de Santo Agostinho em relação à manjedoura, que em suas meditações compreendeu que ali estava verdadeiramente o pão descido do céu.

Em vista do mistério que a envolvia, Maria contemplava o ponto mais alto do mistério da salvação e meditava observando Deus que “abaixa-se a ponto de ser colocado numa manjedoura, que já é prelúdio da humilhação na hora da sua paixão. O ápice da história de amor entre Deus e o homem passa através da manjedoura de Belém e do sepulcro de Jerusalém” (BENTO XVI, 2011). Com efeito, o Ofício da Imaculada também explicita: “para que o homem suba às sumas alturas, desce Deus do céu para as criaturas”, significando:

‘Sinal’ de condição frágil, destinada ao sepulcro. O menino ‘envolto em faixas’ significa que, a exemplo de todos nós, ele assume um modo de existir, o modo humano, sujeito a limites e fraquezas e destinado à morte. [...] 2) *‘Sinal’ das atenções amorosas de Maria e José.* Se, logo que nasceu, Jesus foi envolto em faixas, isso quer dizer que Ele foi cercado de atenções amorosas pelos pais desde o momento em que viu a luz. Não se trata de um abandonado: sobre Ele se inclinam pessoas muito ternas, antes de mais nada Sua mãe. (SERRA, 1995, p. 215).

Por outro lado, os pastores que apascentavam os rebanhos e vigiavam os campos durante a noite foram contemplados pela aparição do anjo do Senhor que lhes comunicou o

nascimento do menino Deus. Eles foram tomados por grande apreensão, mas intimamente comovidos, acolheram a mensagem do anjo que anunciava a vinda do Salvador nestes termos: “Não temais, eis que vos anuncio uma Boa Nova que será alegria para todo o povo: hoje vos nasceu na Cidade de Davi um Salvador, que é o Cristo Senhor” (Lc 2,9-10). Eles viram unir-se ao anjo um grande exército celeste que louvava a Deus em alto e bom tom (Lc 2,13-14).

Os pastores simbolizam os apóstolos e os outros crentes dentre os judeus, aos quais foi manifestada em primeiro lugar a fé em Cristo; entre eles, como diz a primeira Carta aos Coríntios, não havia ‘muitos poderosos, nem muitos nobres’. Em segundo lugar, a fé em Cristo chegou à totalidade das nações, prefigurada pelos Magos. E, finalmente, chegou à totalidade dos judeus, prefigurada pelos justos. E, por isso, Cristo foi-lhes manifestado no Templo dos judeus. (AQUINO, 1980, III, questão 36, artigo 6).

Eram homens simples, os *anawins*, referenciados por Jesus no Evangelho de Lucas: “Pai, Senhor do céu e da terra, eu te dou graças porque escondeste estas coisas aos sábios e inteligentes e as revelaste aos pequeninos” (Lc 10,21). Depois de receberem o enunciado, os pastores acorreram a Belém: “Vejamos o que se realizou e o que o Senhor nos manifestou [...]. Vendo-o, contaram o que se lhes havia dito a respeito deste menino” (Lc 2,15-17). De igual modo, o Catecismo explicita que:

O anjo anunciou aos pastores o nascimento de Jesus como sendo o do Messias prometido a Israel: «nasceu-vos hoje, na cidade de David, um salvador que é Cristo, Senhor» (Lc 2, 11). Desde a origem, Ele é «Aquele que o Pai consagrou e enviou ao mundo» (Jo 10, 36), concebido como «santo» no seio virginal de Maria (32). José foi convidado por Deus a «levar para sua casa Maria, sua esposa», grávida d'«Aquele que nela foi gerado pelo poder do Espírito Santo» (Mt 1, 20), para que Jesus, «chamado Cristo», nascesse da esposa de José, na descendência messiânica de David (Mt 1,16) (33). (CIC 437).

Convém ainda ressaltar a adoração dos magos apresentando uma perspectiva universal, independente da religião professada. “Ao entrar na casa, viram o menino com Maria, sua mãe, e, prostrando-se, o homenagearam. Em seguida, abriram seus cofres e ofereceram-lhe presentes: ouro, incenso e mirra” (Mt 2,11). Logo, pode-se observar: “que no menino concretizam-se as promessas de Deus a seu povo e a todos os homens, [...]: as promessas foram feitas a Abraão e à sua descendência” (STRADA, 1998, p. 54).

Neste sentido, compreende-se que a cultura oriental perpassa toda árvore genealógica, supracitada pelo evangelista Lucas e Mateus. Sendo assim, importa evidenciar que, tanto a sabedoria religiosa, quanto à filosófica, atrai o homem para Cristo sempre o colocando em

marcha até encontrar seu destino que é o próprio Cristo, ou seja, é um contínuo peregrinar que está bem evidenciado em toda história do povo de Israel.

Pode-se observar que eles foram atraídos pelo Altíssimo para adorar ao menino e trouxeram presentes para honrá-lo: “Que ele viva e lhe seja dado o ouro de Sabá” (Sl 72,15), assim como “mirras e aloés perfumam tuas vestes” (Sl 45,9). Com efeito, verifica-se um claro sinal de universalidade, conforme se expressou São João Paulo II:

Os Reis Magos, no momento em que se apresentam diante do Menino que se encontrava nos braços da Mãe, aceitam, na luz da Epifania, o Dom de Deus Encarnado, a sua inefável entrega ao homem no mistério da Encarnação. Ao mesmo tempo, «abrem os seus cofres com os presentes»; trata-se dos dons concretos de que fala o Evangelista, mas, sobretudo abrem-se a si mesmos diante d'Ele, com o dom interno do próprio coração. E é este o verdadeiro tesouro por eles oferecido, de que o ouro, o incenso e a mirra constituem somente a expressão exterior. Neste dom consiste o fruto da Epifania: reconhecem a Deus e encontram-se com Ele. (JOÃO PAULO II, 1979).

Observa-se que Maria e José seguiram fielmente as prescrições da lei de Moisés, pois no oitavo dia o menino foi circuncidado e assim foi inserido no meio do povo de Deus como participante das promessas messiânicas, significando que todo primogênito era propriedade exclusiva de Deus.

Os pais ofereceram um sacrifício que provinha de uma família pobre, simples, mas muitíssimo obediente ao que era exigido pela lei naquele tempo, porém em nada se assemelhava ao ritualismo. A lei também exigia que a mulher que tivesse um filho homem se apresentasse no templo quarenta dias depois para ser purificada pelo sacerdote. Ao cumprir tais exigências da lei, evidenciaram-se aspectos fundamentais do “mistério de Jesus: encarnação (ele é plenamente Filho de Israel) e transcendência (Ele é o Primogênito, consagrado ao Senhor de uma maneira única e absoluta)” (PREVOST, 1988, p. 23).

Diante desse contexto, a apresentação do menino no Templo simbolizava a oferta ao Pai que o enviou, ou seja:

Claramente, aqui não se fala de um menino, e, todavia esta palavra encontra cumprimento em Jesus porque «imediatamente», graças à fé dos seus pais, Ele foi levado ao Templo; e no gesto da sua «apresentação», ou da sua «oferta» pessoal a Deus Pai, transparece de maneira clara o tema do sacrifício e do sacerdócio, como no trecho do profeta. O Menino Jesus, que é imediatamente apresentado no Templo, é o mesmo que, quando se tornar adulto, purificará o Templo (cf. *Jo* 2, 13-22; *Mc* 11, 15,19 e par.) e, principalmente, fará de Si mesmo o holocausto e o sumo sacerdote da nova Aliança. (PAPA BENTO XVI, 2013).

A apresentação de Jesus no Templo significa que a missão de Jesus abrangia todas as nações: “A salvação trazida por Cristo supõe a [...] esperança de todos [...] que esperavam, como Simeão, a Consolação de Israel (cf. Is. 40), ou [...] a profetisa Ana, a libertação de Jerusalém. [...] marca a inauguração [...] de um messianismo sem fronteiras” (PRÉVOST, 1988, p. 24).

Por outro lado, observa-se que o encontro com Simeão no templo manifesta a promessa de Deus ao justo e este, movido pelo Espírito, profetiza a missão de Jesus e a dor de Maria: “A profecia de Simeão mostra a união de Maria com o mistério de Cristo, [...] essa espada de dor traspassará a alma de Maria [...] significa participação na paixão do seu próprio Filho” (LINHARES PINTO, 2018, p. 140).

Ainda nesse contexto, pode-se colocar em relevo que o anúncio do justo Simeão, revela ser Jesus o Messias e assegura que Maria irá sofrer forte oposição em vista da sua missão como Mãe do Redentor: logo, evidencia ser este o mistério da morte e ao mesmo tempo da ressurreição de Jesus. No entanto, “o velho profeta pintou de vermelho o futuro do Messias: ele seria um sinal de contradição e objeto de planos malignos, e a mãe seria envolvida na oposição ao Filho e sentiria em seu eu profundo a ferida como que feita por uma espada (Lc 2,23-35)”. (DE FIORES, 2003, p. 663).

Entre os mistérios que perpassam a maternidade de Maria, é importante referenciar a perda e o encontro de Jesus no Templo, significando que a resposta dada a sua Mãe evidenciava a sua eminente missão. “Por que me procuráveis? Não sabíeis que devo estar na casa de meu Pai?” (Lc 2,49).

Este relato explicita o vínculo da fé entre Mãe e Filho e, ao mesmo tempo, aponta para a pedagogia de Deus, que sistematicamente preparava Maria para os acontecimentos posteriores, ou seja, “a resposta de Jesus revela sua identidade pessoal mais profunda” (STRADA, 1998, p.56) e dessa forma: “manifestou-se em Jesus [...] pela primeira vez, o divino”. Esta passagem do Evangelho prefigura e elucida significativamente a consumação do mistério salvífico, conforme a explicação de Rafael Augusto Linhares Pinto:

Jesus é encontrado no Templo após três dias, Jesus ressuscita após três dias. O templo é sinal da unidade entre as tribos de Israel; também a Igreja é o vínculo de unidade entre os cristãos. Jesus é encontrado no Templo entre pregadores da Lei; também nos dias de hoje Jesus é encontrado na Igreja na pregação dos sucessores dos apóstolos e de seus colaboradores. Pela unidade da Igreja, Jesus continua sendo o Emanuel, Deus que conosco habita e permanece em meio a nós. Assim, como fomos encontrados no templo, também no templo (Igreja) nós o encontraremos. (LINHARES PINTO, 2018, p. 142).

Com efeito, compreende-se que a fé de Maria é obediente, e de expectativa, conforme relata o Evangelho. Observa-se que em Maria havia uma perspicácia sobrenatural em relação ao querer de Deus. Em suma, o Papa João Paulo II explicitou que nesse episódio: “Jesus prepara sua Mãe para o mistério da Redenção. [...] a antecipação do tríduo da Sua Paixão, Morte e Ressurreição” (JOÃO PAULO II, n.35).

O Vaticano II, ao situar a função de Maria na economia da salvação, chama atenção para a Sua intermediação no primeiro milagre de Jesus nas Bodas de Caná. A esse respeito Audálio Neves (1987) comenta que com isso se manifesta a disponibilidade em servir, a abertura ao outro, a doação, características peculiares de Maria, significando que por natureza ela é um ser social, fato observado desde que visitou Isabel.

Ao considerar que era íntima da família dos noivos, antecipou-se e informou a Jesus o término do vinho. Convém ressaltar a intercessão maternal de Maria no primeiro milagre de Jesus que se tornou célebre não por sua magnitude, mas pelo fato de revelar a sua glória como Salvador do mundo. Compreende-se que Maria é "uma mulher rica em delicadezas de caridade, capaz de antecipar-se à necessidade alheia, de prestar-lhe ajuda; assim fez com a prima Isabel (cf. Lc 1,39ss) e com os jovens esposos de Caná (cf. Jo 2,1-11). Ela é a serva do Senhor (Lc 1,38)". (FORTE, 1991, p. 146).

Pode-se observar a percepção de Maria e sua prontidão em dirigir-se a Jesus diante de uma situação que seria constrangedora e humilhante para os noivos. Por outro lado, constata-se que o primeiro milagre de Jesus contém um caráter simbólico e ao mesmo tempo teológico, como explica J. P. Prévost:

A transformação da água em vinho marca a passagem da economia antiga para a nova economia. Deve ser compreendida [...] como o desenvolvimento de uma economia nova: Jesus é o novo Moisés, portador de uma aliança nova e princípio de uma ordem nova de graça e de verdade [...]. As palavras de Maria aos servidores: fazei o que Ele vos disser [...] estão em perfeita correspondência com as do povo que proclama a sua intenção de aderir à aliança: faremos tudo quanto o Senhor disse (Ex. 19,8; 24, 3,7; Dt. 5,27). [...] fica bem claro, por outra parte [...], segundo João: inaugura o tempo propriamente messiânico e realiza a passagem da economia totalmente nova, ao mesmo tempo em que aponta para a vinda da hora suprema da glorificação pela cruz. (PRÉVOST, 1988, p.38-39).

Ainda nesta perspectiva, Strada (1998, p. 61) afirma que: “a salvação foi prometida, e as bodas expressam a relação íntima e exclusiva de Deus com seu povo. [...], a alegria oferecida por Deus aos homens, através do Messias: alegria pela presença do esposo, acompanhada pelo júbilo da abundância extraordinária de bens”.

Por outro lado, Prévost (1988) ainda explica que a origem dos sinais de Jesus marca a transição da relação entre Jesus e Maria. Ao adentrar na vida pública, Jesus assume sua missão e Maria coloca-se a serviço desta missão, preparando-se para o nascimento da nova comunidade messiânica, conforme explica Carlos Ignacio Gonzales: “A Virgem tem consciência da vontade divina e se mantém na simplicidade: [...] chama essa fé de ‘a pobreza de Maria’: nada mais tem, a não ser Deus. [...], Deus é toda sua riqueza e posse” (GONZALES, 1990, p. 87).

Maria acompanhou a vida pública de Jesus com muita discrição sacrificando seu coração e o seu direito de Mãe, significando assim sua “*kenose*”, sinal de profundo desprendimento dos seus direitos de mãe, assim como Jesus abriu mão dos seus direitos como Filho de Deus. Para Cantalamessa (2019), Maria não foi poupada em nada, não teve privilégios, mas viveu uma contínua humilhação. A exemplo do seu Filho, Ela não tinha onde descansar o coração, assim como Jesus não tinha onde reclinar a cabeça conforme relata o Santo Evangelho. O Filho ensinou à Mãe a renunciar a si mesma, a alegrar-se em não fazer sua vontade e querer exclusivamente o querer de Deus.

O Papa João Paulo II, na Carta Apostólica *Rosarium Virginis Mariae*, categoricamente evidencia que a vida de Jesus sempre foi mistério de luz e especificamente em Caná os sinais da sua vida pública começaram a manifestar-se mediante a intervenção de Maria, ou seja:

Cada um destes mistérios é revelação do Reino divino já personificado no mesmo Jesus. Primeiramente é mistério de luz o Baptismo no Jordão. Aqui, enquanto Cristo desce à água do rio, como inocente que Se faz pecado por nós (cf. 2 Cor 5, 21), o céu abre-se e a voz do Pai proclama-O Filho dileto (cf. Mt 3, 17 par), ao mesmo tempo que o Espírito vem sobre Ele para investi-Lo na missão que O espera; quando Cristo, transformando a água em vinho, abre à fé o coração dos discípulos graças à intervenção de Maria, a primeira entre os crentes.[...] a pregação com a qual Jesus anuncia o advento do Reino de Deus e convida à conversão (cf. Mc 1, 15), perdoando os pecados de quem a Ele se dirige com humilde confiança (cf. Mc 2, 3-13; Lc 7, 47-48), início do ministério de misericórdia que Ele prosseguirá exercendo até ao fim do mundo, especialmente através do sacramento da Reconciliação confiado à sua Igreja (cf. Jo 20, 22-23). [...] a Transfiguração que, segundo a tradição, se deu no Monte Tabor. A glória da Divindade reluz no rosto de Cristo, enquanto o Pai O acredita aos Apóstolos extasiados para que O « escutem » (cf. Lc 9, 35 par) e se disponham a viver com Ele o momento doloroso da Paixão, a fim de chegarem com Ele à glória da ressurreição e a uma vida transfigurada pelo Espírito Santo. (RVM, n. 21).

O sim de Maria, assim como sua atitude de fé, demonstrou total pobreza de espírito, abandono e esperança. Compreende-se que Maria também foi forjada para que nela se cumprisse todo o querer de Deus.

2.3 Maria no mistério pascal e no pentecostes

O Papa Bento XVI, na audiência de 21 de dezembro de 2011, pôs em relevo o mistério que teve seu início com a Encarnação e o nascimento de Jesus, considerando-os como parte integrante da obra redentora. Ele ressalta que o Natal caracteriza especificamente Deus que se fez homem, entrou na história e a Páscoa é o triunfo sobre o pecado e a morte. Neste percurso sobressai-se a 'fé obediente' de Maria que avança numa atitude concreta de despojamento, tendo como única certeza ser esta a vontade de Deus.

Por outro lado, é importante observar que a transcendência do natural para o sobrenatural comporta muita dor, pois, conforme Cantalamessa (1992), a graça e a natureza contêm dimensões opostas, ou seja, o que é eterno diverge das coisas relacionadas com o tempo. Com efeito, para eternizar foi preciso interceptar, morrer para ser glorificado, o que pode ser observado a partir da humanidade de Jesus que veio para vencer o pecado, conforme referenciou o Papa Bento XVI na audiência do dia 08 de abril de 2009: “um Deus que [...] se faz homem, com todas as necessidades do homem, [...] sofre para salvar o homem assumindo toda a tragédia da humanidade, [...] morreu pelo homem”. Significando na visão de Cantalamessa, que a natureza precisava ser plasmada novamente para que assim a graça pudesse renascer.

Neste sentido, Cantalamessa (1992) ainda realça a postura de Maria, apresentando-a como uma perfeita discípula do seu próprio Filho, que a seu exemplo viveu tudo e não abriu a boca, submetendo-se em tudo à vontade do Pai, mesmo sem compreender. Assim, evidenciou-se sua santidade, advinda de um abandono total, que mesmo em agonia sobreleva-se. Por isso, Inácio Larrañaga salientou com veemência:

No calvário, o silêncio de Maria transformou-se em adoração. Nunca o silêncio significou tanta coisa, como nesse momento: abandono, disponibilidade, fortaleza, fidelidade, plenitude, elegância, fecundidade, paz... Nunca uma criatura viveu um momento com tanta intensidade existencial, como Maria no calvário (LARRAÑAGA, 2012, p.132).

Conforme Tostain (1988) o calvário era o reflexo da glorificação de Cristo na cruz (cf. Jo 17,1), significando a transição da antiga para a nova aliança, predita pelos profetas. Assim, nesta hora dá-se o nascimento da nova humanidade e concretiza-se a hora da mulher, cuja descendência esmaga o demônio (cf. Gn 3,15), transformando-se assim em mãe de todos os viventes (cf. Gn 3,20).

A extrema obediência de Maria, assim como a de Jesus, teve sua culminância na cruz e, nela, houve a concretude do desígnio divino da salvação, evidenciando que Maria configurou-se plenamente ao sacrifício de seu Filho (cf. LG 58), significando ser Ela “a primeira estigmatizada do cristianismo; trouxe os estigmas invisíveis, gravados no coração, como se sabe que aconteceu depois com alguns santos” (CANTALAMESSA, 1992, p.103).

Neste sentido, Royo Marin (2020) evidenciou que Deus destinou Maria a ser Co-redentora da humanidade e também enfatizou que, da mesma forma que Adão e Eva perderam o mundo, Maria e Jesus tiveram que salvá-lo, através da extrema obediência de Jesus à vontade do Pai e da obediência de Maria, ao acolher martírio do seu Filho em favor da humanidade. Irineu de Lion concluiu que:

Encontramos Maria, a Virgem obediente [...] e, em contraste, Eva, que desobedeceu quando ainda era virgem. [...] Pela sua desobediência se tornou para si e para todo o gênero humano causa da morte, assim Maria, [...] sendo virgem, pela sua obediência se tornou para si e para todo o gênero humano causa da salvação. [...] Da mesma forma, o nó da desobediência de Eva foi desatado pela obediência de Maria, e o que Eva amarrara pela sua incredulidade Maria soltou por sua fé. (IRINEU, 1997, p. 163).

O Concílio Vaticano II apresenta Maria como uma mulher de fé consistente, enriquecida de graças especiais concernente a cada mistério da vida de Cristo. Assim, é importante sublinhar o pensamento do teólogo Raniero Cantalamessa (2013) ao enfatizar que a unificação do sacrifício de Maria ao sacrifício de Cristo foi perpassada pelo mistério divino, fundindo assim, a missão de Cristo à vocação de Maria.

Cantalamessa ainda explicita que o último feito de Jesus antes da consumação da sua morte foi adorar afetuosamente a vontade do Pai: o que, de igual modo, fez a Santíssima Virgem Maria, diante da imolação do seu Filho. Assim, a humanidade renasceu e Maria, perante o madeiro da cruz, foi considerada “mãe na ordem da graça” (LG 61). Assim sendo, pode-se constatar que:

A fé de Maria atinge seu auge e sua condensação culmina na interpretação da atitude de Maria junto à cruz. [...] A fé chega à sua quenosé máxima numa obscuridade total. [...] e é precisamente na obscuridade vivida por Maria que reside a plenitude dessa união de vontades [...]. A fé [...] é comunhão na cruz. Por isso só está completa na cruz. (RATZINGER; BALTHASAR, 2004, p.48).

Assim, a Mãe de Jesus renovou seu consentimento aos pés da cruz e tornou-se a Mãe de todos os discípulos que vivem em obediência à fé e conseqüentemente Mãe espiritual de toda humanidade. Neste sentido, Scheeben (1960, p. 174) declara que: “Maria já é mãe

espiritual dos homens como mãe de Cristo. O laço orgânico entre Maria e os homens, criado em Cristo e por Cristo, constitui também a base e o centro da sua maternidade espiritual”. De igual modo, Garrigou-Lagrange (2017, p. 153) considerou que a “maternidade espiritual de Maria [...] em união com Cristo Redentor, [...] nos comunicou a vida da graça, germen da vida eterna. [...] os Padres a chamam de Nova Eva e dizem que ela voluntariamente cooperou para nossa salvação”.

Logo, Maria reuniu-se com os apóstolos e os discípulos no cenáculo, e unânimes perseveravam em oração aguardando a vinda do Paráclito em cumprimento da promessa de Cristo. “Como o Espírito Santo desceu sobre Maria para a Encarnação, assim ele está descendo sobre a Igreja nascente em Pentecostes, chamado pela oração” (HAUKE, 2021, p. 64).

O Papa Leão XIII (1895), na Carta Encíclica *Adiutricem Populi*, colocou em relevo o primoroso amor de Cristo pela humanidade e este, antes da consumação da sua morte, confiou a Maria a perene missão de Mãe e Mestre da Igreja representada ali pelo discípulo amado: "Eis aí teu filho!" (Jo 19, 27). Juntamente com os discípulos, Maria permaneceu no cenáculo em íntima oração, e pela autoridade que lhe foi conferida, assim como os méritos, os instruiu, exortando-os à perseverança até o pleno cumprimento da promessa. Royo Marín comentou que:

Maria recebeu nesse momento o Espírito Santo com uma plenitude imensa, incomparavelmente superior aos apóstolos. E, desde aquele momento, começou a exercer sobre todos eles, e os discípulos que iam se agregando diariamente à Igreja, toda a ternura maternal que necessitavam aqueles primeiros membros do Corpo Místico de Seu divino Filho (MARIN, 2020, p.45).

Ao levar a bom termo sua missão, Maria continua a velar pela Igreja, assistindo-a em todas as instâncias e, como exímia cooperadora da redenção humana, exercita-se continuamente em dispensar graças a todos que recorrem à sua intercessão.

Portanto, é importante ressaltar que Maria, além de ter colaborado com a redenção humana, tornou-se também beneficiária das graças que jorraram como fruto da sublime redenção. Desse modo, o nascimento da Igreja realçou sua função no cerne da economia da salvação. “Assim, aquela que está presente no mistério de Cristo como Mãe, torna-se por vontade do Filho e por obra do Espírito Santo presente no mistério da Igreja” (RM 24).

3 A BEM-AVENTURADA VIRGEM E A IGREJA À LUZ DA *LUMEN GENTIUM*

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* reservou o inteiro capítulo VIII para falar da Bem-aventurada Virgem Maria Mãe de Deus no mistério de Cristo e da Igreja. Tendo, como base este importante Documento do Concílio Vaticano II, vão ser analisados, a seguir, os seguintes itens: Maria na obra de redenção e santificação; Maria tipo da Igreja como Virgem e Mãe; e as virtudes de Maria que devem ser imitadas pela Igreja.

3.1 Maria na obra de redenção e santificação

Segundo Amato (1995) a associação de Maria a Cristo se deu inicialmente na concepção diante do seu sim livre e consciente à vontade de Deus; e este estendeu-se a todo o evento pascal, até a sua culminância no calvário, ou seja, a encarnação foi o meio pelo qual se concretizou o mistério da salvação.

Ressalta-se que o consentimento de Maria foi permeado pela profundidade da sua fé, assim como pelo seu amor incondicional, que resultou na vida humana que ela deu a Cristo e ao mesmo tempo na morte humana que Cristo experimentaria para resgatar toda a humanidade. Significando que a encarnação tem eficácia redentora, reconciliou o homem com Deus e abriu novamente o que havia sido fechado pela desobediência de Eva. “Deus [...], veio em socorro ao homem e lhe restituiu a liberdade” (LYON, 1995, 23,2).

Ao tratar desse tema, a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* explicita concretamente o papel de Maria na economia da salvação (55-59), assim como a expansiva relação entre Maria e Cristo, mediador e modelo para humanidade (60-62). O mariólogo Amato (1995) ainda ressaltou que outros autores compreenderam que a associação de Maria a Cristo é universal e integral, constituindo assim o princípio basilar da mariologia conciliar. Nesta perspectiva é importante observar que Renné Laurentin também nutria esse pensamento e constatou que:

A perfeição positiva dos atos de Maria no Calvário, a profundidade de Sua fé, a intensidade de Seu amor, a grandeza de Seus sofrimentos, a intimidade de Sua comunhão com o Salvador [...] a fez entrar na mais estreita comunhão com Ele, [...] sofreu ao lado d'Ele [...] suas dores eram reflexos das próprias dores de Cristo no espelho de Sua alma de mãe, assim também Suas intenções eram o reflexo espiritual das de Cristo. (LAURENTIN, 1965, p.153).

A constituição conciliar destaca por fim que Maria foi a primeira destinatária a ser redimida e ao mesmo tempo está plenamente associada à obra redentora em favor de todos os redimidos. Neste mesmo sentido o Papa João Paulo II afirmou que:

O particular papel de cooperadora, desempenhado pela Virgem, tem como fundamento a maternidade divina. Dando à luz Aquele que estava destinado a realizar a redenção do homem, nutrido-O, apresentando-O no templo, sofrendo com Ele que morria na Cruz, «cooperou de modo singular na obra do Salvador» (LG, 61). Embora chamada por Deus a colaborar na obra da salvação se refira a cada ser humano, a participação da Mãe do Salvador na Redenção da humanidade representa um facto único e irrepetível (JOÃO PAULO II, n.35).

Assim, Amato (1995) acrescentou que a associação universal de Maria a Cristo foi plenamente ativa, com Ele e sob sua regência, e ainda evidenciou que a Virgem Maria entregou-se totalmente a sua missão unindo-se integralmente ao sacrifício de Cristo no calvário, acolhendo profundamente a vontade de Deus. Sendo assim, observe-se o que a *Lumen Gentium* sublinha:

Assim avançou a Virgem pelo caminho da fé, mantendo fielmente a união com seu Filho até à cruz. Junto desta esteve, não sem desígnio de Deus (cfr. Jo.19,25), padecendo acerbamente com o seu Filho único, e associando-se com coração de mãe ao Seu sacrifício, consentindo com amor na imolação da vítima que d'Ela nascera; finalmente, Jesus Cristo, agonizante na cruz, deu-a por mãe ao discípulo, com estas palavras: mulher, eis aí o teu filho (cf. Jo. 19,26-27). (LG 58).

Assim, pode-se dizer que a total cooperação de Maria na obra da redenção em nada influencia a mediação própria de Cristo, tendo em vista que somente Ele é o redentor universal de todo gênero humano, inclusive da sua própria mãe. Por sua vez, Amato comenta que toda cooperação de Maria na obra da redenção foi fomentada pela virtude do Espírito Santo em todo mistério pascal.

De igual modo, importa destacar para efeito de conhecimento que em Maria e por Maria o sacrifício redentor de Cristo requereu a salvação para todo gênero humano. Neste sentido, observa-se que pela maternidade divina Ela colaborou livre e efetivamente com Deus no mistério da redenção. “A obediência de Maria, quando se lhe soma o primeiro ato de obediência de Cristo, torna-se uma colaboração na obra redentora de Cristo. Esta colaboração de Maria implica uma verdadeira dependência querida e ordenada por Deus” (SCHEEBEN, 1960, p. 158). Com efeito, convém ressaltar que a obediência de Jesus e a obediência de Maria contrapõem-se significativamente à desobediência de Adão e Eva.

O teólogo Scheeben (1960) ainda observa que a participação de Maria na obra redentora de Cristo originou-se com a concepção, concretizou-se com a morte redentora de

Cristo, determinando assim a maternidade espiritual e universal de Maria, que, mediante seus méritos e a sua intercessão colaborou efetivamente para o nascimento espiritual de toda humanidade. Salientou que “Jesus não se oferece por si mesmo, mas por nós; é um Redentor que gera filhos para a vida nova” (STRADA, 1998, p.62-63).

Maria exerce na ordem da redenção o lugar outrora concedido a Eva. Com efeito, ao dizer sim à vontade de Deus, adere plenamente ao plano divino da salvação e santificação dos homens. Dentro desse contexto Adolphe Tanquerey comentou que:

Jesus é a causa meritória principal de todas as graças que recebemos. Maria, sua colaboradora na obra da nossa santificação, mereceu todas essas mesmas graças, mas apenas secundariamente, ou seja, na dependência de seu Filho e porque este lhe deu o poder de merecer por nós; [...] isto é, com mérito de conveniência. Mereceu-as, inicialmente no dia da Encarnação, no momento em que deu o seu fiat. A Encarnação é a Redenção começada e, portanto, cooperar na Encarnação é cooperar na Redenção, nas graças que são fruto dela e, por conseguinte, em nossa salvação e santificação (TANQUEREY, 2018, p. 112).

Evidentemente é preciso compreender que Maria é a Mãe de todos os resgatados. Consta-se que em Maria e por Maria a humanidade foi associada aos méritos de Cristo significando ser ela detentora do fruto do sacrifício, ou seja, o corpo de Cristo descido do madeiro. De acordo com Scheeben: “a alma de Maria recebeu toda a força da morte redentora com o sangue e a água que jorraram do lado de Cristo, a fim de gerar com esta força a humanidade para uma vida nova.” (SCHEEBEN, 1960, p. 172).

Neste sentido, Scheeben (1960) evidenciou que a maternidade espiritual de Maria foi estabelecida em Cristo e por Cristo desde o momento do seu sim que a constituiu uma comunicadora da graça divina. No entanto, esta geração maternal comportou dores e sofrimentos profundos à Virgem quando compreendeu que: “a redenção para todo gênero humano, realizada de uma vez por todas por Cristo mediante o sacrifício da cruz [...] consiste na aplicação ou distribuição de méritos e satisfações de Cristo a cada um dos redimidos por ele” (MARIN, 2020, p.149). É importante relembrar que:

A Virgem une à Paixão de Cristo a sua Compaixão: ao Sangue do seu Filho, une as lágrimas de Mãe. Ela também sacrifica, merece, redime. Satisfaz - de um modo subordinado e dependente - a pena merecida pelos pecados de todos os homens que existiram, existem e existirão. E merece pelo seu sacrifício as graças da Redenção. Embora o mérito de Maria seja diferente do mérito do Senhor, ela mereceu-nos o mesmo que nos mereceu Cristo: não só a aplicação ou distribuição de graças, pela supereminente santidade que possuía e pela tão perfeita compaixão que sofreu no Calvário. A seu modo, mereceu todas as graças, exceto a primeira que recebeu, merecida só por Cristo. (OROZCO, 2016, p.160).

É preciso considerar que para alguns teólogos católicos, de acordo com Royo Marín, a co-redenção direta de Maria não é só pelo seu sim consciente, mas também pelos sofrimentos abraçados aos pés da cruz, em vista da redenção da humanidade vivida de forma absoluta por Cristo. No mesmo sentido Cantalamessa escreveu: “Maria bebeu até o fim o cálice da paixão. Dela como da mais antiga filha de Sião, pode-se dizer que bebeu da mão do Senhor o cálice da sua ira, o cálice que atordoa; bebeu-o e esgotou-o até o fundo” (CANTALAMESSA, 1992, p. 103).

Segundo Linhares Pinto (2018), o Papa Pio XI fez uso do termo ‘redentor’ em 1933 no encerramento do ano da redenção, contudo alguns teólogos apresentaram restrições quanto ao termo, temendo os equívocos e as más interpretações. Ao compreender o sentido do termo e sem desconsiderar a posição dos teólogos, o Papa Pio XII promulgou a carta Encíclica *Ad Caeli Reginam* ano 1954 colocando em relevo a cooperação de Maria na redenção e destacou que:

Se Maria, na obra da salvação espiritual, foi associada por vontade de Deus a Jesus Cristo, princípio de salvação, e o foi quase como Eva foi associada a Adão, princípio de morte, podendo-se afirmar que a nossa redenção se realizou segundo uma certa recapitulação, pela qual o gênero humano, sujeito à morte por causa duma virgem, salva-se também por meio duma virgem; se, além disso, pode-se dizer igualmente que esta gloriosíssima Senhora foi escolhida para Mãe de Cristo para lhe ser associada na redenção do gênero humano,[...], segundo certa analogia, pode-se afirmar também que a bem-aventurada virgem Maria é rainha, não só porque é Mãe de Deus mas ainda porque, como nova Eva, foi associada ao novo Adão (n.36).

O Papa Pio XII explicita não somente a colaboração de Maria na obra redentora, mas também evidencia sua entrega, seu amor total a Deus, um perfeito abandono à vontade divina até que todo sacrifício fosse consumado e, assim, se concretizasse sua doação total. A esse respeito à *Lumen Gentium* expressiu: “Concebendo a Cristo, gerando-o, alimentando-o, apresentando-o no templo ao Pai, sofrendo com seu Filho que morria na cruz, ela cooperou de modo absolutamente singular, pela obediência, pela fé, pela esperança e a caridade ardente, na obra do Salvador para restaurar a vida sobrenatural das almas” (LG 61).

Neste mesmo sentido o Papa João Paulo II na carta Encíclica *Redemptoris Mater* enfatizou que:

Sendo Maria, em virtude da eleição divina, a Mãe do Filho consubstancial ao Pai e cooperadora generosa na obra da Redenção, ela tornou-se para nós mãe da ordem da graça, [...]. Depois da partida do Filho, a sua maternidade permanece na Igreja, como mediação materna: intercedendo por todos os seus filhos, a Mãe coopera na obra salvífica de Filho-Redentor do mundo. (RM 38-40).

Com efeito, observou-se que a cooperação de Maria partiu de três princípios: “atividade maternal de Maria, que é produzida pelo seu consentimento voluntário; [...] Maria que está inclinada e ordenada para tornar possível a redenção; [...] pelo consentimento de Maria que constitui um ato moral de liberdade” (LINHARES PINTO, 2018, p. 390).

O autor acima referido explicita que Maria estava configurada a Cristo pela sua paixão e morte na cruz, conforme a profecia misteriosa e dolorosa de Simeão que soou como um segundo anúncio: "uma espada transpassará a tua alma!" (Lc 2,35), significando que, tanto a vontade da Mãe, quanto a vontade do Filho era uma só: o querer de Deus. Com efeito, o Catecismo da Igreja Católica explica que “toda a vida de Cristo é mistério de redenção, [...] pelo sangue da cruz; [...] sua Encarnação; fazendo-se pobre, [...] em sua vida oculta; por sua submissão; em sua palavra, que purifica os seus ouvintes” (CIC 517). Assim, o Papa Pio X na carta Encíclica *Ad diem Illum* afirmou que:

Por causa desta comunhão de dores e vontade entre Maria e Cristo, ela mereceu tornar-se da maneira mais digna a reparadora do mundo perdido e, daí também, a dispensadora de todos os bens que Jesus adquiriu por sua morte e seu sangue. Decerto não negamos que a dispensação desses bens seja o direito particular e próprio de Cristo; pois são o fruto exclusivo de sua morte, e ele mesmo é, em razão de seu poder, o mediador entre Deus e os homens. Contudo, por causa desta supradita comunhão de dores e angústias entre Maria e o Filho, foi dado à augusta Virgem ser junto a seu Filho unigênito a muito poderosa mediadora e advogada de todo o orbe terrestre. Mas ela, como supera todos em santidade e união com Cristo e foi associada por Cristo à obra da salvação humana, de congruo, como dizem, nos merece o que Cristo mereceu de condigno, e é a ministra principal da distribuição das graças. (DS 3370).

Dentro desse contexto o Concílio Vaticano II colocou efetivamente em relevo a peregrinação de fé que impeliu a Virgem Santíssima aos pés da cruz (cf. LG 58) e ao mesmo tempo ressalta a relação de Maria com a Igreja que a caracteriza como: “membro, tipo (ou modelo) e Mãe” (cf. LG 53), significando que “de um modo insigne e único, Maria realiza o destino da Igreja, da qual ela é, ao mesmo tempo, modelo e membro perfeito” (SESBOUE, 2005, p. 505).

3.2 Maria tipo da Igreja como Virgem e Mãe

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* integrou totalmente o mistério da Virgem Maria no mistério de Cristo e no mistério da Igreja como “seu tipo e exemplar perfeitíssimo na fé e na caridade” (LG 53).

A Virgem Maria, primeira cristã, colheu todos os frutos da redenção e de forma eminente e singular participa e prefigura a Igreja. Neste sentido, Gonzalez (1990), apresenta Maria como figura e modelo maternal do Corpo Místico de Cristo, redimida entre os redimidos, foi totalmente inserida no mistério da redenção e com excelência participou da missão libertadora de Cristo explicitando o que significa perdoar sem reservas, abandonar-se sem medidas e doar-se sem restrições.

Pode-se observar que o percurso de Maria foi permeado pelo amor, significando assim que Ela reflete a perfeição do seu Filho, o que a constitui um modelo de santidade e graça, ou seja, um perene protótipo da pessoa redimida. Gonzales ainda ressaltou que os “Santos Padres [...] viram Maria como modelo de fecundidade da Igreja, já que ela realizou vivencialmente sua vocação como mãe virgem (LG 63)”.

Importa salientar que a íntima comunhão de Maria com Cristo perpassa todos os estágios da sua vida, ou seja, “Ela se une a Cristo, forma com Ele um só corpo, uma só vida, um só amor; [...] comunga com seus sofrimentos e coopera com a Redenção” (LAURENTIN, 1965, p. 170).

Por outro lado, Koehler (1995) ressaltou a importância de compreendermos a natureza da Igreja através de Maria, Mãe de Deus e tipo da Igreja e ainda enfatizou que João XXIII compreendeu significativamente a missão de Maria na Igreja. Ele também explicitou que é sempre Maria quem mostra Jesus, como em Belém, atraindo as almas para Ele. O teólogo acrescentou que Maria é uma pessoa livre, consciente à graça de Deus, um exímio modelo da pessoa humana que exerce continuamente sua missão como medianeira de todas as graças, mesmo sendo ela beneficiária da graça da redenção. Dentro desse contexto é importante ressaltar que:

Maria é, enfim, tipo, modelo e figura da Igreja. E isso a título tríplice de virgem, mãe e santa. [...] mostra como a virgindade e a maternidade de Maria se reproduz na Igreja que se torna mãe gerando filhos de Deus na fé, e permanecendo virgem pela pureza de sua fé e por sua consagração total a Cristo (LG 63-64).

Neste sentido, pode-se observar a plena anuência da Virgem Santíssima a todas as graças que lhe foram concedidas, assim como sua prontidão em associar-se livremente ao projeto de Deus de modo singularíssimo. Compreende-se que, depois de Cristo, Maria ocupa o lugar mais elevado na Igreja, no entanto esse lugar não a distancia do gênero humano, mas faz dela um membro com os outros membros (cf. LG 53-54). De igual modo é importante lembrar que a função de Maria como tipo da Igreja fomenta na Igreja tanto o nascimento quanto o renascimento em Cristo para uma vida nova.

O Papa João Paulo II, na catequese do dia 09 de agosto de 1997, salientou que os Padres conciliares utilizaram-se do termo de Santo Ambrósio para afirmarem que, além de ser noiva, Maria também é virgem “porque é tipo da Igreja, que é imaculada, mas é esposa: [...] concebeu-nos por obra do Espírito Santo, virgem deu à luz sem dor [...]. Maria é, [...] figura da Igreja pela santidade imaculada, a virgindade, caráter sponsal e a maternidade”.

Nessa perspectiva o Papa João Paulo II ainda aborda que, mesmo enfatizando ser Maria figura da Igreja, “o Concílio não tem em vista, portanto, equipará-la às figuras ou tipo do Antigo Testamento, mas antes quer afirmar que nela se realiza plenamente a realidade espiritual anunciada e representada” (JOÃO PAULO II, 1997). Sendo assim, Gherardini (1995, p. 589) evidenciou o posicionamento do Vaticano II ao apontar que: “na ordem prefigurativa da Igreja por parte de Maria, esta é mais do que simples tipo ou figura e que, portanto, melhor seria chamá-la de arquétipo [...] da maternidade divina da Igreja”.

E é nesse sentido que foi evidenciada a amplitude de Maria como membro, mãe, protótipo e exemplo da Igreja. Assim, todo “influxo de graças que desce sobre a Igreja, e também sobre Maria, procede do único princípio que é Cristo” (OROZCO, 2016, p.173). Ele ainda acrescentou que: “Maria não é criadora, mas receptora (recebe a graça de Cristo), mas de modo singular e eminente, a ponto de poder ser chamada procriadora desta vida que ela possui em plenitude (ainda que possua porque recebeu)”.

Bruno Forte (1991) não teve dúvida em apontar Maria como aquela que soube acolher em si o mistério e revelá-lo ao mundo. Assim, ressaltou que no tempo estabelecido ela foi apresentada como Virgem, Esposa e Mãe, criada e redimida pela Trindade Santíssima, que desde o princípio a escolheu para manifestar-se, comunicar-se e fazer aliança com os homens. É relevante destacar que Maria é modelo de abertura atenta e adesão virginal tanto ao Pai quanto ao Filho. Sendo assim, João Paulo II observa-se que:

Maria mostra-se, [...], como supremo modelo de participação pessoal nos mistérios divinos. Ela guia a Igreja na meditação do mistério celebrado e na participação no evento de salvação, promovendo nos fiéis o desejo de um íntimo envolvimento pessoal com Cristo, para cooperar na salvação universal com o dom da própria vida (JOÃO PAULO II, 1997).

Levando em conta a singularidade da sua eleição e a excelência da obra divina, nada impedia Maria de unir-se aqueles que verdadeiramente esperavam a salvação, pois mesmo unida a Cristo, Cabeça de todo corpo místico, Ela é apontada como mãe dos membros da Igreja, mediante sua participação ativa para o novo nascimento dos fiéis da Igreja que teve sua ascensão no mistério redentor de Cristo. É importante colocar em relevo que:

A virgindade que Cristo queria no coração da Igreja, Ele a protegeu antes no corpo de Maria. A Igreja não poderia ser virgem se não tivesse encontrado no Filho da Virgem o esposo ao qual devia ser dada. [...] Virgem é a mãe de Cristo; virgem é a sua esposa, a Igreja. [...] é o sim radical a Deus que torna a Virgem Maria, envolta no mistério proveniente de Graça, tipo, isto é, ícone e arquétipo da Igreja, Ecclesia immaculata, realização compendiosa e antecipada daquilo que a Igreja é chamada a ser na mais profunda de sua verdade diante do Senhor. (FORTE, 1991, p. 172).

Por sua vez, ressaltou-se que o mistério da maternidade divina compreende uma mútua relação entre Cristo e a Igreja e ao mesmo tempo sublinhou a semelhança profunda entre Maria e a Igreja, evidenciando assim o caráter universal da missão de Maria como:

Figura (typus) da Igreja na maternidade virginal. Ao afirmar essa tipologia do ser e da missão entre Maria e a Igreja, o concílio pretende dizer que não é somente Maria que é mãe e virgem, e que a maternidade da primeira figura é figura da maternidade da segunda, não só porque a interpretou primeiro, como também porque dela deu exemplo eminente e singular. (MEO, 1995, p.790).

Ele ainda destacou que desde os primórdios a Virgem Santíssima é membro efetivo da Igreja, considerando que até a consumação dos tempos ela exercerá sua função materna na Igreja e para a Igreja. Com efeito, observa-se que a perene missão de Maria na Igreja, assim como seu percurso histórico e escatológico, evidencia sua figura como mãe e modelo na Igreja e de igual modo como imagem e princípio da igreja escatológica.

A [...] relação que une Maria à Igreja histórica é a relação tipológica da maternidade virginal, já que no mistério da Igreja, que também com razão é chamada mãe e virgem, [...] é a primeira que dá de maneira eminente e singular o exemplo da virgem e da mãe (LG 63). Como figura da igreja na maternidade virginal, Maria, portanto, está unida a esta e é operante nela não só idealmente, porém realmente, e a igreja que se realiza na sua vocação à medida que reproduz Maria (MEO, 1995. p. 872).

Holstein (1988) ressaltou que Santo Irineu referia-se a Maria como à Nova Eva que, “acreditando e obedecendo, gerou na terra ao próprio Filho do Pai, sem conhecer varão, coberta com a sombra do Espírito Santo, como Nova Eva, que presta sua fé isenta de toda dúvida, não à antiga serpente, mas ao mensageiro de Deus” (MARIN, 2020, p. 250). Neste sentido, pode-se evidenciar que Maria apropriou-se concretamente da sua função e pela sua obediência, assim como pela sua fé, desatou o nó causado pela desobediência de Eva, significando ser Ela mais modelo da Igreja do que propriamente mãe, pois “manifesta em si mesma a santidade da Igreja que Jesus amou e santificou oferecendo a Sua vida” (HOLSTEIN, 1988, p. 83).

Observa-se que René Laurentin também apresenta uma visão pessoal em relação à Maria. “Precede a Igreja pela altura sem medida de sua relação materna com o Verbo feito carne e está colocada, numa ordem à parte, entre Cristo e a Igreja” (LAURENTIN, 1965, p. 176). O teólogo Clodovis Boff de igual modo acrescentou a percepção dos Santos Padres da Igreja. “Maria e a Igreja são as duas faces de um único mistério; Maria é a Igreja concentrada e a Igreja é Maria extensa” (BOFF, 2012, p.113), constituindo assim um perfeito exemplo para os cristãos e um exímio núcleo de virtudes a ser profundamente imitado.

Por fim, é importante ressaltar que ao término da terceira sessão do Concílio Vaticano II, precisamente no dia 21 de novembro de 1964, o Papa Paulo VI proclamou a Virgem como: “Mãe da Igreja, isto é, de todo o Povo de Deus, tanto dos fiéis como dos pastores, que lhe chamam Mãe amorosíssima; e queremos que com este título suavíssimo seja a Virgem doravante honrada e invocada por todo o povo cristão”. Convém acrescentar que, no ano de 1980, o Papa João Paulo II integrou nas “Ladainhas Luteranas a veneração a Nossa Senhora Mãe da Igreja” e de igual modo Francisco decretou no dia 03 de março de 2018, memória obrigatória da Virgem Maria Mãe da Igreja na primeira segunda feira depois de Pentecostes.

3.3 As virtudes de Maria que devem ser imitadas pela Igreja

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* apresenta Maria como modelo exemplar de virtudes a ser imitado em toda Igreja, segundo a sua “identidade mais profunda”, significando assim, que as prerrogativas de Maria promanam de Cristo e, n’Ela, explicita-se a predileção divina desde os primeiros instantes da sua concepção, fundada distintamente na plenitude da graça (cf. RM, 39). Com efeito, observa-se que Maria brilha como perfeito modelo de virtudes sobre toda a família dos eleitos (cf. LG. 65), constatando assim que Ela é o insigne modelo a ser imitado depois de Jesus. Convém ressaltar que a santidade de Maria provém de uma profunda correspondência à vontade do Pai.

Adolph Tanquerey (2007) ressaltou que os Santos Padres apresentaram Maria como um modelo perfeito de virtudes a ser imitado pela Igreja. Nela estão refletidas verdades eternas que ao serem proferidas aproximaram os crentes e os conduziram para uma experiência mais profunda da fé. Assim os fiéis podem crescer nas virtudes teologais e procurar em tudo conformar-se à vontade de Deus, a exemplo da Virgem Maria que em tudo se submeteu ao querer de Deus.

Por outro lado, Ossanna (1995) assinala que, ao ser criado à “imagem e semelhança de Deus” (cf. Gn 1,27), o homem tem em Jesus um perfeito modelo a ser imitado. Ele instruiu os

discípulos pelo seu testemunho, por meio da palavra e pelas obras, evidenciando que para segui-lo é preciso imitá-lo tanto nos sentimentos como na vontade, significando que, ao refletir Cristo, o homem exprime ao homem, a imagem de Deus. Neste contexto, é importante evidenciar a figura de Maria como modelo singular e exclusivo da comunidade primitiva, que em tudo reflete a imagem do Pai, assim como a excelência dos dons, a plenitude da graça e a fisionomia espiritual do Senhor. “A Virgem Mãe foi inteiramente unguida com a santidade do Espírito Santo” (DE FIORES, 2003, p. 665).

Com efeito, Ossanna (1995) ainda ressaltou que Maria foi a discípula perfeita e a primeira remida, membro eminente da Igreja que, pelo amor e pelo exemplo, exerceu sua missão santificadora junto a Jesus, assim como em todos os momentos determinantes do mistério pascal, significando que a exemplaridade de Maria é a chave perfeita para que Cristo possa nascer e renascer no coração do homem.

Neste sentido, Boulet (1988) resalta que os evangelistas evidenciaram as virtudes de Maria nos momentos determinantes da economia da salvação: Anunciação (humildade), Bodas de Caná (solicitude), Calvário (abandono) e Pentecostes (perseverança). Assim, compreende-se que as virtudes inerentes a Maria constituíram para a Igreja uma profunda herança espiritual e, como modelo singular de santidade, Ela ensina os fiéis a viverem como filhos de Deus e discípulos de Cristo na docilidade ao Espírito Santo de acordo com a missão e a vocação de cada vivente, ou seja, “Maria nos ensina e nos educa para aderir a Deus em Cristo” (GOFFI, 1995, p. 474).

Sendo assim, é importante observar que as virtudes em Maria eram latentes, revelavam sua elevada santidade e fizeram dela um exímio modelo de obediência, fé, esperança e caridade, o que exprime a sua profunda humildade. Holstein afirmou que:

A sua fé permite-lhe aceitar sem hesitação a palavra de Deus transmitida pelo anjo na Anunciação; ela é o princípio desta obediência que, durante toda a sua vida, A conformará, tão bem com a missão do Seu Filho, que se tornará, de maneira singular e única, Sua associação na obra redentora. A Sua esperança que nada, nem mesmo o drama do Calvário, fará vacilar. A sua caridade universal que nos amará com o amor sem limites que é o Seu Deus. (HOLSTEIN, 1988, p. 85).

Maria designa o modelo da perfeita cristã, que em tudo obedeceu ao querer de Deus, que o amou acima de todas as coisas e o reverenciou em tudo que fez. Nesta perspectiva Angel Strada (1998) assegura que as virtudes de Maria expressam riquezas, valores e atitudes a serem assimilados pelos crentes; e ainda salienta que a Virgem Santíssima é para os cristãos uma mestra na vida espiritual que os conduz como um farol.

De igual modo, evidencia Maria como um modelo de entrega filial, modelo de espírito comunitário, modelo de atitude missionária e um modelo apostólico. Com efeito, o autor ainda explicitou que Maria forja os cristãos segundo os moldes de Cristo, colaborando continuamente para o crescimento da graça divina no homem.

O Papa João Paulo II na Carta Apostólica *Tertio Millenio Adveniente* (1994), explicita a obediência de Maria, seu exemplo de perfeição, sua docilidade em deixar-se conduzir pelo Espírito Santo e coloca em relevo algumas virtudes inerentes à sua vocação: fé, caridade, docilidade ao querer de Deus, silêncio, escuta, esperança e abandono total a vontade de Deus.

Pode-se observar que, ao responder ao anjo, Maria exprimiu sua obediência, submetendo-se ao plano salvífico com uma fé firme e plena de docilidade: “Eu sou a serva do Senhor; faça-se em mim segundo a tua palavra!” (Lc 1,38). O Papa João Paulo II ainda ressaltou que ao interpelar Maria o anjo a chamou de cheia de graça, plena, significando sua excelência desde os primórdios, assim como a superioridade da sua fidelidade ao corresponder tamanha graça, como bem explicitou Isabel: “Aquele que acreditou” (Lc 1, 45).

Considerando o contexto histórico salvífico do povo de Israel constata-se que a origem de Maria foi perpassada pela fé nas promessas de Deus e a esperança do cumprimento das promessas feitas por Deus. “O nome ‘cheia de graça’ diz-nos tudo isto; mas, [...]. A plenitude de graça indica ao mesmo tempo toda a profusão de dons sobrenaturais com que Maria é beneficiada em relação com o fato de ter sido escolhida para ser Mãe de Cristo” (RM 9).

Considerando as eximias virtudes de Maria e a sua elevada santidade, Garrigou Lagrange (2017) explicita a integridade da sua fé como um modelo pontual e operante para a Igreja. Os dons e as virtudes infusas em Maria foram plasmados desde sua concepção, assim como a superioridade da sua fé que transcende a de todos os santos juntos, objetivando a sua conaturalidade desde o princípio. Com efeito, a plenitude da graça em Maria sobreleva-se no momento da Encarnação do Verbo e, ao dizer sim aos desígnios de Deus, desvelou-se a excelência da sua humildade e da sua obediência.

Ele também ressaltou a perfeita retidão de Maria e elencou seu percurso no cerne da história da salvação, evidenciando primeiramente a exclamação de Isabel: “Feliz aquela que acreditou, pois se não de cumprir as coisas que te foram ditas da parte do Senhor” (Lc 1,45). Enfatizou o nascimento de Jesus no estábulo, a fuga para o Egito, sublinhou os mistérios da redenção; explicitou o momento da paixão e a fuga dos discípulos; a firmeza de Maria aos pés da cruz, e assim, colocou em relevo o supremo ato de fé de Maria e a sua eminente caridade,

sublinhando que Maria é o modelo mais perfeito e acabado de virtudes a ser imitado por todo Corpo Místico de Cristo. Ele realçou que em Maria:

O [...] progresso espiritual, [...] a plenitude de graça, cresceu consideravelmente no instante da Encarnação e dos principais mistérios que se seguiram: na Natividade do Salvador, na apresentação de Jesus no Templo, depois na fuga para o Egito, durante sua vida oculta em Nazaré, mais ainda no Calvário, em Pentecostes, e quando ela assistia e comungava na Missa celebrada por São João. (GARRIGOU LAGRANGE, 2017, p.123).

Por outro lado, Paulo VI, na Exortação Apostólica *Marialis Cultus*, promulgada em 02 de fevereiro de 1974, apresentou Maria como um espelho de virtudes e exortou os fiéis a imitá-la, principalmente na confiança absoluta em Deus, em sua humildade, e na extrema obediência à vontade de Deus. “O que deve [...] estimular [...] os fiéis a imitar os exemplos da Virgem Santíssima, é o fato de [...] Jesus, tendo-lhe dado por Mãe, [...] a ter apontado como modelo a imitar. [...] e reproduzam os seus méritos e virtudes” (*Signum Magnum* 12). Com efeito, a exemplaridade de Maria e os efeitos contínuos da graça reflete na saudação do anjo Gabriel: “cheia de graça”.

Ainda a esse respeito, o Papa João Paulo II na Exortação Apostólica *Redemptionis Donum*, promulgada em março de 1984, preconiza que os conselhos evangélicos constituem um pilar da economia da salvação implícito no Evangelho, e este contém um caráter mais cristocêntrico, evidenciando um forte indício da economia da Redenção.

Nessa mesma esteira, João Paulo II na Encíclica *Redemptoris Mater*, outorgada em março de 1987, colocou em relevo a fé obediente de Maria, considerando seu abandono ao querer divino e ao mesmo tempo sublinhou a transição da Antiga Aliança, que teve sua relevância na fé de Abraão e na Nova Aliança, que se originou com o sim de Maria na Anunciação. Ele ainda ressaltou que Maria correspondeu ao dom recebido com excelência, caminhou absolutamente na fé e evidenciou sua fortaleza e temperança ao caminhar no auspício da vontade de Deus até sua culminância no calvário. Bruno Forte explicitou que:

Maria... une em si...e reflete as supremas normas da fé. Isso significa que Ela é a síntese, o compêndio, o epítome da fé: de suas verdades dogmáticas e suas exigências éticas. A santa Virgem é, no dizer dos Padres orientais, o selo da ortodoxia. É o todo no fragmento. (FORTE, 1991, p. 5).

Com efeito, é importante explicitar a fé como uma virtude sobrenatural, infundida pela graça divina no coração e na alma do homem, que evoca as verdades reveladas. Segundo René Laurentin (1965, p.138), Maria representa a fé “primeira e inaugural; [...] perfeita,

exemplar, e de alcance universal. [...] a primeira adesão ao Cristo vivo, que tomou n'Ela Sua Vida humana”.

Na catequese do dia 06 de setembro de 1997 o Papa João Paulo II explicita a relevância do Concílio Vaticano II e reflete que, em Maria, a Igreja alcançou já a perfeição, no entanto os fiéis precisam trabalhar muito para vencer o pecado e crescer na santidade (cf. LG,65). Salientou que somente por meio do Batismo os fiéis santificam-se, enquanto que Maria foi preservada de todo pecado e fragilidade.

Pode-se observar que Maria é reconhecida pela Igreja como um instrumento pedagógico, eficaz e fidedigno da revelação, digna de ser imitada e ao mesmo tempo reconhecida pelo seu ser e pelo seu agir materno. Acolheu sua missão movida pela fé, e seguiu até o calvário, unindo-se a Jesus em pleno cumprimento da vontade de Deus. É importante assinalar as virtudes de Maria evidenciadas no Evangelho por Adolph Tanquerey:

A sua fé profunda, que a levou a crer sem hesitação as coisas que o Anjo lhe anuncia por parte de Deus, fé de que a felicita Isabel [...]; a sua virgindade, que aparece na resposta ao Anjo [...] que mostra a sua firme vontade de permanecer virgem; a sua humildade, que resplandece na perturbação em que a lançam os elogios do Anjo, na declaração de ser sempre a escrava do Senhor [...] no momento em que é proclamada, Mãe de Deus, naquele Magnificat [...] chamado êxtase da sua humildade, no amor que mostra para com a vida oculta; [...]o seu recolhimento interior que a leva a fixar no espírito e meditar silenciosamente[...]; o seu amor para com Deus e para com os homens, que lhe faz aceitar generosamente todas as provações duma longa vida e sobretudo a imolação do seu Filho no Calvário e a longa separação [...] desde a Ascensão até o momento da sua morte. (TANQUEREY, 2007, p.127).

Com efeito, o testemunho de Maria constitui um espelho para a Igreja, contribui efetivamente para o crescimento da comunidade cristã e ao imitar Maria os cristãos obtêm um conhecimento vital de Cristo e, a partir Dela passam a ter acesso ao sagrado, além de experienciar às virtudes que lhe são inerentes. No entanto, a Igreja para evitar as más interpretações ressaltou que Maria está “subordinada” a Jesus, que é o centro e o cume de todas as coisas.

Em suma, Maria é o instrumento que manifesta a presença de Deus em todas as dimensões do amor divino pela sua Imaculada Conceição, sua humildade, obediência, silêncio, pureza, fidelidade, amor incondicional, gratidão, sua renúncia, firmeza, fé, esperança. Observa-se que para crescer na santidade é necessário recorrer ao auxílio da Virgem Maria e assim renascer para uma vida de perfeição em Cristo.

4 MARIA, MÃE DA ESPERANÇA E CONSOLAÇÃO À LUZ DA *LUMEN GENTIUM*

A esperança cristã está compendiada em Maria mediante o vínculo “indissolúvel” entre a Mãe e o Filho. Nesse sentido, a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* enfatizou que “por graça de Deus, exaltada depois do Filho acima de todos os anjos e homens, como Mãe Santíssima de Deus, Maria esteve presente aos mistérios de Cristo e é merecidamente honrada com culto especial pela Igreja” (LG 66).

Com efeito, é importante colocar em relevo o culto a Maria na perspectiva da esperança cristã, assim como assinalar o papel de Maria na Igreja, como sinal de esperança segura para o povo cristão, e de igual modo, colocar em relevo a figura de Maria que intercede por todo povo de Deus, sinal de esperança e consolo para toda a humanidade.

No entanto, observa-se que o Concílio Vaticano II também sublinhou “os deveres dos homens redimidos para com a Mãe de Deus, mãe de Cristo e Mãe dos homens, principalmente dos fiéis” (LG 54).

4.1 O culto a Maria na perspectiva da esperança cristã

Com o propósito de ressaltar a maternidade universal de Maria, o Magistério da Igreja passou a preocupar-se em exprimir corretamente a devoção mariana, explanando diretrizes e esclarecimentos específicos para que o culto fosse promovido com coerência e a veneração fosse de forma harmônica, de modo que os fiéis tivessem clareza da estreita relação que une Maria a Jesus, assim como a sua preeminente função na história da salvação e na vida da Igreja. De acordo com Gambero (1995, p.359), a “relação Cristo-Maria pode ser considerada [...] princípio de continuidade do culto de Maria”.

Pode-se constatar que o culto mariano apresenta um desenvolvimento contínuo, perpassando e dialogando com as culturas orientais e ocidentais e ao longo do tempo vai evoluindo e alternando-se entre os momentos gozosos, luminosos, mas também os dolorosos, que constitui a matéria prima para redescobrir novos valores, meios e formas de aperfeiçoamento que favoreçam a promoção e renovação do culto. Dentro desse tecido espiritual o Papa João Paulo II externou que:

O culto mariano expressou-se inicialmente na invocação de Maria como Theotokos, título que teve confirmação autorizada, depois da crise nestoriana, pelo Concílio de Éfeso que se realizou no ano 431. A mesma reação popular à posição ambígua e oscilante de Nestório, que chegou a negar a maternidade divina de Maria, e o

sucessivo acolhimento jubiloso das decisões do Sínodo Efésio que confirma a radicação do culto da Virgem entre os cristãos (JOÃO PAULO II, n.55).

A partir do Concílio de Éfeso “o culto do povo de Deus para com Maria cresceu admiravelmente, na veneração e no amor, na invocação e na imitação” (LG, 66) em vista do “seu exemplar testemunho de entrega e abandono a Deus” (PINTO, 2018, p.408).

O Concílio Vaticano II de acordo com Manfred Hauke (2021) ratificou os princípios fundamentais do culto litúrgico à Virgem Maria, assim como o exercício das práticas de piedade devidamente aprovadas pelo Magistério da Igreja. Orientou a suprimir os exageros e exortou a observar e testemunhar com palavras e atos, a doutrina da Igreja Católica, de modo a evitar erros doutrinários que possam confundir os irmãos que são de outras denominações (cf. LG 66-67).

Observa-se que a exortação Apostólica *Marialis Cultus* outorgada pelo Papa Paulo VI (1974) sublinha o desenvolvimento do culto mariano e sua reta ordenação. O documento evidencia Maria como Mestra da vida espiritual, perfeito modelo de vida oferente para todos os cristãos, que por sua obediência e docilidade à vontade de Deus foi associada à obra redentora, tornando-se para a humanidade um exemplo perfeito de santidade. Convém destacar que desde os primórdios os fiéis esforçaram-se por imitá-la e fazerem das suas vidas um verdadeiro culto a Deus. Neste sentido, o Papa Paulo VI evidenciou na Exortação Apostólica *Signum Magnum*:

Perante tanto esplendor de virtudes, o primeiro dever de quantos reconhecem na Mãe de Cristo o modelo da Igreja é o de, em união com Ela, render graças ao Altíssimo por ter realizado em Maria tão grande obras em benefício da humanidade inteira. Mas não basta. É igualmente dever de todos os fiéis tributarem à fidelíssima Serva do Senhor um culto de louvor, de reconhecimento e de amor, uma vez que, segundo a sábia e suave disposição divina, o seu livre consentimento e a sua generosa cooperação nos desígnios de Deus tiveram e continuam a ter uma grande influência na realização da salvação humana (cf. SM 7).

Porém, é importante destacar que a renovação litúrgica da Igreja Católica, assim como o Rito Romano constitui “uma norma de ouro para a piedade cristã quando celebra os sagrados mistérios, assume uma atitude de fé e de amor semelhante à da Virgem Santíssima” (MC 23), reconhecendo que a genuína piedade cristã tem um caráter cristológico, reflete a íntima relação com o mistério de Cristo, significando que “na Virgem Maria, de fato, tudo é relativo à Cristo e dependente d'Ele” (MC 25).

De acordo com Billet (1988, p.103-104) desde os primórdios que a Igreja Católica reservou um culto especial a Virgem Maria ressaltando os louvores dedicados à Mãe de Deus

expressos na Sagrada Escritura. Entre eles pode-se destacar: a saudação do anjo Gabriel, a saudação de Isabel e o Magnificat, que é um culto de louvor ao Pai pelo Filho no Espírito. Observa-se que o culto mariano tem sua relevância no papel de Maria na história da salvação, na vida da Igreja, na comunhão com o mistério de Cristo, evidenciado pela sua eminente santidade. O autor acrescenta que: “A Igreja encontra em Maria a expressão mais perfeita e a referência exemplar do culto no espírito e na verdade que ela deve dar a Deus quando celebra os divinos mistérios”.

Neste sentido, foi colocado em relevo a íntima relação da Virgem Maria no mistério de Cristo e no mistério da Igreja, assim como foi elencadas as festas marianas evidenciando a estrutura orgânica do ano litúrgico que expressa significativamente o lugar de Maria no culto da Igreja:

No decorrer do ano litúrgico, há três tipos de celebrações marianas: as solenidades, as festas e as memórias. As solenidades, como o nome indica, constituem as celebrações mais importantes, com um sabor especial. Em todo o mundo elas são quatro: Maria, Mãe de Deus (1º de janeiro), Anunciação (25 de março), Assunção (15 de agosto) e Imaculada Conceição (8 de dezembro). Em cada país, há ao menos outra solenidade, a da padroeira. A principal festa mariana é a da Visitação (31 de maio) (MURAD, 2012, p. 211).

Ainda foi ressaltada a importância das memórias obrigatórias e memórias facultativas das outras festas marianas. Pode-se citar como exemplo a memória de Nossa Senhora de Guadalupe que ao ser proclamada padroeira da América Latina transformou-se em festa para todo continente, assim como a memória de Nossa Senhora Aparecida, a padroeira do Brasil que foi elevada ao grau de solenidade.

É importante destacar que o culto devido a Maria ocupa um lugar tipicamente intermediário entre Deus e os homens. De acordo com Royo Marin (2020), o culto a Maria por sua singularidade não se equipara com o culto prestado a Deus, mas subleva-se ao culto prestado aos santos, ou seja, ele está abaixo de Deus e acima dos anjos e dos santos. Sabe-se, contudo, que o culto voltado para adorar a Deus (*latria*) é tributado exclusivamente a Trindade, pois do contrário, enveredar-se-ia no pecado da idolatria.

No entanto, é importante salientar que a Virgem Maria Mãe de Deus não é adorada e sim profundamente venerada. Com efeito, pode-se ressaltar que a piedade da Igreja em relação a Maria é intrínseca ao culto cristão, tendo em vista que todas as gerações a chamarão de bem-aventurada (cf. Lc 1,48). Dentro desse contexto o Catecismo da Igreja Católica ensina que:

A Santíssima Virgem é legitimamente honrada com um culto especial pela Igreja. Com efeito, desde remotíssimos tempos, a bem-aventurada Virgem é venerada sob o título de 'Mãe de Deus', sob cuja proteção os fiéis se refugiam suplicantes em todos os seus perigos e necessidades (...). Este culto (...) embora inteiramente singular, difere essencialmente do culto de adoração que se presta ao Verbo encarnado e igualmente ao Pai e ao Espírito Santo, mas o favorece poderosamente[a7]"; este culto encontra sua expressão nas festas litúrgicas dedicadas à Mãe de Deus e na oração Mariana, tal como o Santo Rosário, resumo de todo o Evangelho (CIC 971).

Importa destacar que este fato ainda gera grandes controvérsias entre os cristãos não católicos, justamente pelo desconhecimento da sã doutrina da Igreja Católica. Dentro desse contexto, é importante ressaltar que o Papa Paulo VI para salvaguardar e renovar a piedade mariana estabeleceu critérios para inovar e reavaliar os exercício de piedade:

Cunho bíblico [...] as fórmulas de oração e os textos destinados ao canto assumam os termos e a inspiração da Bíblia. Cunho litúrgico [...] as práticas devocionais devem considerar os tempos litúrgicos e orientar-se para a liturgia, como grande celebração da vida, morte e ressurreição de Jesus. Sensibilidade ecumênica devido ao seu caráter eclesial, no culto a Maria refletem-se as preocupações da própria Igreja. Entre elas, destaca-se o anseio pela unidade dos cristãos e sejam banidas quaisquer manifestações culturais contrárias à reta praxe católica. [...] a finalidade última do culto à bem-aventurada Virgem Maria é glorificar a Deus e levar os cristãos a aplicarem-se numa vida absolutamente conforme a sua vontade. (MURAD, 2012, p. 213).

Diante da singularidade da Virgem Mãe, importa reforçar que a Igreja designou que o culto destinado a Maria tem uma relevância intermediária. Nesse caso, foi estabelecido um culto para honrar os santos (*dulia*), outro para adorar a Deus (*latria*) e para honrar Maria por suas prerrogativas, foi instituído o culto de *hiperdulia*. Diante dessa especificidade da Virgem Maria, Rafael Augusto Linhares Pinto explicitou:

O culto de *hiperdulia* dado a Maria é um culto que remete uma honra superior à dos santos e dos anjos, uma vez que aquela que traz ao mundo o Filho de Deus, pelo qual todos os justos se tornam santos, e os anjos O servem. Dessa forma, percebe-se que nesse culto dado a Maria, o grau de reverência e de respeito é mais elevado, e o que eleva o grau desse culto é o amor que é aplicado e acrescido, e cresce também um afeto filial nosso para com ela, e a convicção em nós de sua maternidade espiritual para conosco. (PINTO, 2018, p.410).

Por outro lado, vale a pena ressaltar que sua dignidade materna a coloca numa ordem à parte, ou seja, a ordem “hipostática relativa”, significando elevação e distinção tanto na ordem da graça quanto na ordem da glória em relação aos santos. Dentro desta perspectiva o teólogo Royo Marin ainda acrescenta a fórmula ideal para exprimir a devoção mariana:

A Jesus por Maria. Ou seja, Maria caminho reto e seguro para chegar a Jesus e Jesus o único Caminho para chegar ao Pai (cf. Jo 14,6). Maria não somente não aparta ninguém de Deus nem diminui ou amortece o culto primordial devido ao Redentor do mundo, mas que - como veremos amplamente mais abaixo - é o caminho mais curto e expedito para ir a Jesus, Filho de Maria e por Jesus ao Deus Uno e Trino, princípio e fim de todas as coisas (cf. 1 Cor 3,22-23; 15,25-28) (MARIN, 2020, p.365).

É preciso levar em conta que os elementos da verdadeira devoção a Maria fomenta no coração dos fiéis um verdadeiro amor a Cristo. Esta devoção tanto na ordem espiritual quanto na ordem interior estão enraizadas nos corações dos fiéis e exprime o amor, a gratidão, profunda veneração, imitação das suas virtudes, significando que Maria é a “fórmula ideal para chegar a Jesus”. Sendo assim, o autor supracitado ainda discorre que:

Depois de Deus Criador e de Cristo Redentor, é Maria a maior benfeitora de todo gênero humano, sobretudo por sua qualidade de Corredentora aos pés da cruz do seu Filho. [...] depois de Deus e de Cristo, devemos um tributo de gratidão tão grande como àquela que, à custa de dores inefáveis, abriu-nos com seu divino Filho crucificado, as portas do céu, fechadas pelo pecado (MARIN, 2020, p.373).

A respeito do relevante papel de Maria na manifestação popular constata-se que é uma tradição muito antiga e a partir dela originou-se o culto litúrgico. Verifica-se que a devoção mariana exprime o amor filial dos fiéis, que encontram em Maria, amparo e refúgio, desde o momento em que Jesus a instituiu como Mãe da humanidade diante da cruz. “Para que [...] como Mãe de seu Corpo Místico, pudesse amar, ensinar, guiar, sustentar e proteger como filhos seus, e conduzi-los à sua divina bondade” (LINHARES PINTO, 2018, p.412).

O Concílio Vaticano II ainda afirma que Maria “é verdadeiramente Mãe dos membros de Cristo, porque cooperou com o Seu amor para que na Igreja nascessem os fiéis, membros daquela cabeça” (LG, 53).

Neste sentido o Papa João Paulo II por ocasião da audiência de dez de maio de 1997, reconheceu nas palavras finais de Jesus dirigidas ao discípulo, o fundamento do culto mariano almejado por Cristo:

À luz dessa entrega ao discípulo predileto, pode-se compreender o sentido autêntico do culto mariano na comunidade eclesial. Este, de fato, põe os cristãos na relação filial de Jesus com a Sua Mãe, colocando-os na condição de crescerem na intimidade com ambos. O culto que a Igreja presta à Virgem não é apenas fruto duma iniciativa espontânea dos crentes, diante do valor excepcional de Sua pessoa e da importância de Seu papel na obra da salvação, mas baseia-se na vontade de Cristo. (João Paulo II, n.40)

Para Antonio Orozco (2016) é fundamental compreender e reconhecer o lugar da Virgem Santíssima na Igreja e este lugar é melhor compreendido à luz da fecundidade do mistério pascal. Salientou duas devoções marianas que tradicionalmente estão enraizadas na cultura cristã e de modo particular são vivamente recomendadas pelos Santos Padres.

O Ângelus, que constitui a saudação angélica à Virgem Maria e de modo significativo reporta-se ao mistério da Encarnação e pode ser devotamente recitado pela manhã, meio dia e à noite. Salienta-se que na Santa Sé, os Pontífices mantêm a tradição de rezar junto com os peregrinos de todo o mundo.

Convém explicitar que no ano de 1724, Bento XIII concedeu indulgência parcial (cem dias) a toda vez que o fiel rezasse o ângelus e a indulgência plenária a quem rezasse de joelhos por um mês inteiro o Ângelus, três vezes ao dia ao soar tradicional do sino nas catedrais e nas Igrejas locais. O Papa Paulo VI apresentou orientações concretas quanto aos fundamentos do Ângelus:

Tal exercício de piedade não tem necessidade de ser restaurado: a estrutura simples, o caráter bíblico, a origem histórica que o liga à invocação da incolumidade na paz, o ritmo quase litúrgico que santifica momentos diversos do dia, a abertura para o Mistério Pascal [...] fazem com que ele, à distância de séculos, conserva inalterado o seu valor e intacto o seu frescor (MC 41).

Conforme Afonso Murad (2012), o Papa Paulo VI, e o Papa João Paulo II recomendava insistentemente a excelência da oração do Rosário, composta dos aspectos fundamentais dos mistérios da vida de Cristo: Encarnação, Paixão, Morte e Ressurreição.

O seu conteúdo é de cunho teológico, e teve plena validade e significativa vigência depois do Concílio Vaticano II. Evidencia-se que a poderosa intercessão de Maria segundo o Magistério da Igreja constitui:

Remédio de todas as nossas necessidades, a paz do mundo e a prosperidade da própria Igreja. Pode-se dizer que desde o século XV até nossos dias não houve um só Papa que não tenha recomendado vivamente rezar o Rosário em discursos, exortações, encíclicas, cartas e outros documentos apostólicos (MARIN, 2020, p.454).

O Papa João Paulo II na Carta Apostólica *Rosarium Virginis Mariae* salienta que o Rosário enquadra-se num caminho profundamente espiritual:

O Rosário, de fato, ainda que caracterizado por sua fisionomia mariana, em seu âmago é oração cristológica. Na sobriedade de seus elementos, concentra a profundidade de toda a mensagem evangélica, da qual é quase um compêndio. Nele ecoa a oração de Maria, seu perene Magnificat pela obra da encarnação redentora

iniciada em seu ventre virginal. Com ele, o povo cristão frequenta a escola de Maria para deixar-se introduzir na contemplação da beleza do rosto de Cristo e na experiência da profundidade de seu amor. Mediante o Rosário, o crente alcança a graça em abundância, como se recebesse das próprias mãos da Mãe do Redentor.

O Rosário é composto de quatro mistérios: luminosos, gozosos, dolorosos e gloriosos; esta devoção é o ponto mais alto da devoção popular e constitui um louvor perene a Cristo, ou seja, “rezar o rosário é contemplar com Maria o Senhor encarnado, crucificado e ressuscitado para nossa salvação” (LAURENCEAU, 1988, p. 149).

Em vista disso, foram explicitadas outras práticas de piedade mariana: “as Confrarias marianas, e o Escapulário do Carmo; o Mês de Maria; as Medalhas; os Sábados dedicados à Virgem que tem grande importância litúrgica etc. Há também os Santuários e Ermidas erigidas para honrar especialmente a Mãe de Deus” e também salientou que o culto dedicado à Virgem Maria “confirma na Igreja os fundamentos da fé, porque implica a fé na Encarnação redentora de Jesus Cristo, evitar as heresias, conduz à santidade e, ao honrar a sua Mãe, glorifica Nosso Senhor” (OROZCO, 2016, p.199-200).

4.2 Maria sinal de esperança segura para o povo de Deus

Compreende-se que a maternidade universal de Maria foi ampliada pela sua liberdade ativa e, assim, a sua contínua cooperação nos desígnios de Deus deu um real significado escatológico à Igreja, assim como a sua eminente Assunção e glorificação no céu.

Sob esse ponto de vista, S. Meo (1995) afirmou que os privilégios da Assunção da Virgem Maria estão inseridos diretamente na dimensão eclesial e na missão salvífica. Observa-se que a sua perfeição sinaliza a imagem perfeita da Igreja futura. Mesmo a Igreja peregrinando, confrontando-se com as dificuldades do tempo presente e em meio a tantos percalços, ela sustenta seu objetivo último que é a parusia do Senhor.

Sendo assim, a constituição Dogmática *Lumen Gentium* explicita que a glorificação de corpo e alma de Maria no céu representa a imagem e o começo da Igreja que será consumada nos tempos vindouros. Neste caso, pode-se constatar que aqui na terra Ela brilha como sinal de esperança e conforto para o povo de Deus que está a peregrinar na terra até a vinda do Senhor. Assim, o Concílio Vaticano II explica que:

Todos os féis cristãos supliquem instantemente à Mãe de Deus e Mãe dos homens, para que Ela, que com suas preces assistiu às primícias da Igreja, também agora, exaltada no céu sobre todos os bem-aventurados e anjos, na comunhão de todos os Santos, interceda junto a seu Filho até que todas as famílias dos povos, tanto as que estão ornadas com o nome de cristão, como as que ainda ignoram o seu Salvador,

sejam felizmente congregadas na paz e concórdia, no único povo de Deus, para a glória da Santíssima e Indivisa Trindade (LG 68)

Corroborando com essa ideia, ressaltou-se que Maria intercede incessantemente por todos os viventes, e, como Advogada e Mãe da misericórdia, socorre os degredados filhos de Eva em suas aflições e tribulações. No entanto, o teólogo D. Sartor sublinha a onipotência de Maria e explicita que:

Nela, primícia e imagem da Igreja, revelaste o cumprimento do mistério da salvação e fizestes resplandecer sobre o teu povo, peregrino sobre a terra, um sinal de consolação e de segura esperança. Ou seja, a assunção de Maria é vista numa perspectiva tipológica, porque ela já é aquilo que toda Igreja será. Em Maria, portanto, a Igreja conhece com alegre antecipação o fim glorioso de sua própria história. [...] Maria é irmã nossa que já chegou ao objetivo, tendo apenas nos ultrapassado e precedido (SARTOR, 1995, p.189).

A esse respeito, o autor citado acima, comentou que a Assunção de Maria precisa ser uma realidade concreta para toda humanidade e acrescenta que “Maria é a Igreja plenamente salva da corrupção, tornando-se assim, como se gosta de dizer hoje, o ícone escatológico da Igreja”. Ele considera Maria uma Mãe solícita, que auxilia e sustém o esforço dos fiéis cristãos e encoraja-os a perseverarem na vivência da fé, a caminharem na esperança e confiança absoluta em Deus, até que “encontre em Cristo a casa do Pai” (RM 47).

Pode-se observar que o Concílio Vaticano II correlaciona a Igreja à figura de Maria, apontando a Igreja como um verdadeiro sacramento e este tem plena concretude em Maria, ou seja, o Concílio indica a figura de Maria como um sinal de esperança “em virtude de sua excelsa esperança: a esperança de Maria, sinal para nossa esperança” (ALFARO, 1986, p.68).

O Vaticano II apresenta a esperança sob uma nova perspectiva e esta de igual modo, difere dos outros documentos da Igreja, realça a escatologia em todas as dimensões e sinaliza a íntima relação com a cristologia, explicitando o caráter escatológico do evento da salvação, que, a saber, é irrevogável e definitivo. De acordo com Juan Alfaro (1986), o Concílio ressaltou que tanto a história quanto a criação, tiveram antecipada a futura salvação, em vista do dom do Espírito Santo, significando que em Cristo, a salvação teve seu início, avançou sob o impulso do Espírito Santo e estendeu-se a toda Igreja, em vista dos bens futuros e da transformação integral do homem.

Para compreender em que sentido Maria é sinal de esperança, evidenciou-se o percurso de Maria na história, a começar pela Anunciação do Anjo e seu completo abandono ao querer de Deus, esperança para si e para toda humanidade. O Papa João Paulo II sublinha o exemplo de Maria:

María torna-se para a Igreja também modelo de esperança. Ao escutar a mensagem do anjo, a Virgem é a primeira a orientar a sua esperança para o Reino sem fim, que Jesus tinha sido enviado a estabelecer. [...] ela é, pois, para a comunidade dos crentes e para cada um dos cristãos a Mãe da esperança, que encoraja e guia seus filhos na expectativa do Reino, sustentando-os nas provas quotidianas e no meio das vicissitudes, mesmo trágicas, da história (JOAO PAULO II, n. 52).

Ao cantar o Magnificat Maria expressou concretamente a resposta de Deus ao povo de Israel, significando o cumprimento das promessas de Deus e da esperança de Israel com a vinda de Jesus. Alfaro (1986) salientou que a esperança de Maria significou a antecipação da esperança pascal, a qual nasceu a Igreja. A esperança de Maria aprofundou-se concretamente ao participar da esperança de Jesus na cruz e somente Maria compreendeu concretamente o drama de Jesus. Com Jesus e como Jesus, Maria entregou seu Filho e entregou-se a si mesma nas mãos do Pai (cf. Lc 23,46). Assim, explicitou-se que:

A esperança de Maria cresceu em plenitude ao participar da experiência do dom pascal do Espírito (At1,14). [...] Maria é sinal de esperança para a Igreja e para a humanidade por sua plenitude de graça. Isto é, porque recebeu de Cristo a participação suprema em seu mistério salvífico da encarnação, morte e ressurreição. Mas não se pode esquecer que Maria recebeu esta plenitude da graça na esperança plena com que esperou em Cristo para si mesma e para o mundo: esperança, com que deu tudo que podia dar, a vida de seu Filho, pela salvação dos homens realizada já agora na terra na fraternidade e na justiça que antecipam a plenitude futura (ALFARO, 1986, p. 84).

Por fim, o autor acima citado salientou que a figura de Maria na Igreja representa um chamado urgente a conversão e a esperança em Cristo e convoca os fiéis cristãos para uma retomada ao processo de conversão, evidenciando que a esperança só tem concretude quando o Evangelho é vivido e testemunhado (cf. Ef 4,15).

4.3 Maria que intercede por todo povo de Deus

Desde os primórdios que o Magistério da Igreja salientou a íntima relação entre a Sagrada Escritura e a Tradição como uma eminente chave de compreensão ligada a contínua participação da Virgem Maria nos mistérios de Cristo e na vida da Igreja, significando que desde a Anunciação até a parusia do Senhor esta seria a raiz teológica que fundamenta a união da Mãe com o Filho por meio da geração humana, conforme especificou S. Meo (1995, p. 866).

Observou-se que a mediação e a co-redenção estão correlacionadas e a singularidade desses dois momentos exprime a maternidade espiritual de Maria, que desde o princípio levou

os primeiros cristãos a recorrerem a sua materna proteção, práxis muito comum do século III, particularmente referenciada por uma antiga oração em latim, *Sub tuum praesidium* que tem como significado: “à vossa proteção”.

Constata-se que a missão intercessora de Maria está estritamente vinculada à sua maternidade espiritual e a transformou num instrumento eficiente nas mãos de Deus, canal de uma contínua efusão e produção de graças em favor dos homens. A função materna de Maria evidenciada no capítulo VIII da Constituição Dogmática *Lumen Gentium* explicita que Maria além de ser mãe da cabeça, também o é do corpo, pois "cooperou com a caridade para o nascimento dos fiéis na Igreja e é verdadeiramente mãe dos membros de Cristo. [...] Maria não foi instrumento passivo nas mãos de Deus, mas ofereceu colaboração [...] ativa [...] expresse [...] com fé, esperança e caridade” (LG 53; 56).

Observa-se que a Virgem Maria desde que deu o seu sim patenteou o seu “comprometimento com a humanidade, pela encarnação do Verbo” (LINHARES PINTO, 2018, p.404) e garantiu aos fiéis os dons da salvação eterna (cf LG 62) pela sua contínua intercessão. O teólogo ainda explicita que:

Maria é no céu aquela que é capaz de amar como Deus amou, tem também a capacidade de se comprometer por amor para com aqueles que ainda purgam as suas penas e por aqueles que caminham nessa terra, militam para o Reino dos Céus. E, como a missão de Maria está vinculada à obra redentora de Cristo, a sua colaboração durará até a consumação dos tempos (LINHARES PINTO, 2018, p.405).

No entanto, o autor referido, reconhece que a intercessão de Maria é certa, eficaz, um contínuo intercâmbio da terra com o céu, fruto da sua compaixão e amor pela humanidade, emanado de um profundo desejo de salvar os que a ela recorrem, a exemplo do próprio Deus, que desejoso de salvar a humanidade enviou seu Filho Unigênito, para que por meio Dele, o homem tivesse parte na vida divina. “A expressão de Amor mais próxima à perfeição divina é o Amor de Maria, que não morre na cruz, mas entrega a hóstia pura e santa para o sacrifício. Aquela que oferece, o faz não por si, mas pela humanidade”.

Observa-se que Maria comunica literalmente a união entre Cristo e a Igreja e ao mesmo tempo a sua maternidade constitui a raiz e a alma dessa mesma Igreja. Segundo Schebeen (1960), a participação de Maria no processo regenerativo do homem é movida por uma forte intercessão, semelhante à oração do cenáculo, quando estava reunida com os apóstolos e aguardavam a vinda do Espírito Santo. Nota-se que a contínua oração de Maria destina-se a pedir os frutos da redenção para gerar em Cristo os filhos da Igreja.

Ele ressaltou que a intercessão gloriosa de Maria exerce um caráter distinto, ou seja, essencialmente está acima dos santos, no entanto, é inferior à intercessão de Jesus. Com efeito, a intercessão de Jesus consiste numa interpelação régia e sacerdotal, enquanto que a intercessão de Maria acontece em virtude da sua posição de intermediária entre Cristo e o gênero humano e também por meio da oração e da recomendação. Sendo assim, sublinha-se que:

A intercessão dos outros santos exerce-se apenas como um ato da sua solicitude benévola. A de Maria, intercessão da Mãe espiritual dos resgatados, exerce-se na medida em que Maria ora em virtude do seu dever maternal e com um amor verdadeiramente maternal pelos filhos perfeitos de Deus com o seu Filho primogênito, e poder assim adquiri-los e possuí-los como seus próprios filhos. [...]. Os santos apoiam-se nela, dirigem as preces a Deus e a Cristo por intermédio dela, ou colocam-se com a sua intercessão ao serviço da sua solicitude materna (SCHEBEEN, 1960, p. 182).

Ou seja, assim como o Verbo encarnou-se por meio da Virgem Maria, de igual modo são os homens conduzidos ao céu por meio da sua intercessão. Por outro lado, Hosltein (1988, p. 93), explicita que: “a onipotência da intercessão de Maria deriva da sua associação, livremente aceite, à Paixão Redentora”. E ressaltou que: “por este motivo, [...] Maria possui a autoridade e o crédito da testemunha por excelência do amor divino que nos amou e se entregou por nós” (Tit 2,14).

A rigor, a função materna de Maria para com os homens apresentou como significado teológico, a redenção; e Maria, como sócia do Redentor, cooperou para que os homens fossem libertos da escravidão do pecado e tivessem livre acesso ao caminho da salvação. Assim, compreende-se que “Maria conserva depois da assunção à glória do céu, com impetração e a distribuição das graças para a salvação dos irmãos do seu Filho e com desvelo materno com que os assiste enquanto ainda atravessam a vida cheia de perigos, dificuldades e de infelicidades” (MEO, 1995, p. 872).

Ele esclarece que Maria desde o principio é membro da Igreja, exerce sua função materna na Igreja e para a Igreja, dentro de um cumprimento histórico e escatológico, não necessariamente pela intercessão e distribuição de graças, mas precisamente pela sua influencia operante e eficaz sobre a Igreja. Dentro desse contexto o Concilio Vaticano II atribui que Maria:

[...] é invocada na Igreja com títulos de advogada, auxiliadora, socorro, medianeira. Mas isto entende-se de maneira que nada tire nem acrescente à dignidade e eficácia do único mediador, que é Cristo. Efetivamente, nenhuma criatura se pode equiparar ao verbo Encarnado e Redentor, mas, assim como sacerdócio de Cristo é participado de Deus, sendo uma só, se difunde diversamente pelos seres criados, assim também a mediação única do Redentor não exclui, antes suscita nas criaturas cooperações

diversas, que participam dessa única fonte. Essa função subordinada de Maria, não hesita a Igreja em proclamá-la; sente-a constantemente e inculca-a aos fiéis, para mais intimamente aderirem, com esta ajuda materna, ao seu mediador e salvador (HAULKE, 2021, p.264).

Deve-se ter em conta que para unir Cristo à humanidade e à Igreja, assim como aos não católicos e aos não cristãos, Haulke (2021) apresentou a Virgem Maria como Mãe da unidade. Objetivou-se que para o Concílio “é uma grande alegria e consolação não faltar entre os irmãos separados quem preste à Mãe do Senhor e Salvador o devido culto; sobretudo entre os Orientais, que acorrem com fervor e devoção a render culto à sempre Virgem Mãe de Deus” (LG 69).

Por outro o lado, o Papa João Paulo II considera imprescindível que os cristãos tenham clareza que a maternidade de Maria e sua intercessão são ininterruptas, até a consumação perpetua de todos os eleitos. “Maria esta presente na Igreja [...] como a Mãe que [...] Cristo, no mistério da Redenção, deu ao homem [...]. Por isso, Maria abraça com sua nova maternidade no Espírito, todos e cada um na Igreja; e abraça também todos e a cada um mediante a Igreja” (RM 47).

Por isso, importa destacar a compreensão do Papa Emérito Bento XVI na audiência do dia 15 de agosto de 2012 ao exprimir que a Virgem Maria participa junto com Deus da responsabilidade para com o mundo e comunga do seu amor pelo mundo, pondo-se a serviço da humanidade, amando e ajudando aos homens em todas as suas necessidades, como uma irmã, serva humilde que continuamente suplica o auxílio divino para com a humanidade, e atenta, intercede pelas necessidades do coração e da alma dos fiéis, assim como dos bens materiais e as vicissitudes da vida.

Com efeito, o Papa Bento XVI exorta aos cristãos para que sejam imitadores da Virgem Santíssima, que além de Mãe, é mestra e educadora daqueles que recorrem a sua proteção materna. Em suma é preciso considerar que “Maria [...] exerce também no céu uma influencia universal em virtude da sua plenitude de graça e da sua atividade contínua” (SCHEBEE, 1960, p.187).

5 CONCLUSÃO

Durante todo este trabalho observou-se o empenho do Concílio Vaticano II para integrar organicamente a presença da “Bem-Aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus, no mistério de Cristo e da Igreja” tendo em vista realçar, individualizar e desenvolver a doutrina mariana e esta de modo significativo foi sintetizada e inserida no capítulo VIII da *Lumen Gentium*.

Ao evidenciar os aspectos basilares da doutrina mariológica da *Lumen Gentium*, o Magistério da Igreja colocou em relevo a figura de Maria como Mãe do Filho Unigênito de Deus e a Sua cooperação de forma singular no mistério da salvação, evidenciada pelo cumprimento das promessas messiânicas reveladas por Deus aos antigos profetas. Em virtude da promessa, Maria deu a luz ao Redentor da humanidade, assim como participou dos momentos determinantes da vida de Jesus, desde os primórdios do evento salvífico até a suprema concretização do ato redentor, os quais estão fundamentados na Sagrada Escritura.

Proeminentemente, Maria como a Mãe do Salvador inaugurou um novo tempo na história da humanidade, que teve o seu início com a Anunciação, passando pela infância, a vida pública, o mistério pascal de Jesus e Pentecostes, que culminou no nascimento da Igreja.

Importa destacar que o Concílio Vaticano II respaldou-se nas fontes da Sagrada Escritura e na Tradição para fundamentar a doutrina mariológica e explicitar a excelência da maternidade de Maria como função determinante na economia da salvação. Deus a escolheu desde toda a eternidade para ser Mãe toda santa, imaculada e cheia de graça. À medida que Ela progrediu na fé, adentrou na excelência do mistério, de modo que Nela tudo está vinculado a Cristo.

Ao desmistificar e dirimir os exageros dentro da doutrina mariológica, o Magistério da Igreja no uso das suas atribuições, centrou o papel de Maria na obra da salvação, alicerçou-o na Sagrada Escritura e enfatizou Sua subordinação a Cristo, único mediador, significando que a Mariologia está a serviço da Cristologia.

Por fim, é importante concluir que em Maria a Igreja contempla Jesus. Ela é a Mãe, a mestra da vida interior, que como pastora vigia o rebanho, socorre, auxilia-o nas suas necessidades mais profundas, e o reconduz ao redil de Cristo. Hoje, faz-se necessário que o mundo moderno seja matriculado na escola de Maria, para encontrar-se novamente com Cristo: Caminho, Verdade e Vida.

REFERÊNCIAS

ALFARO, J. **Maria, a bem-aventurada porque acreditou**. Tradução: Luiz Carlos Gaio. São Paulo: Loyola, 1986.

AMATO, A. Jesus Cristo. In: FIORES, S. de; MEO, S. (dir.). **Dicionário de Mariologia**. Tradução de Álvaro A. Cunha, Honório Dalbosco e Isabel F. L. Ferreira. São Paulo: Paulus, 1995, p. 637-638.

AQUINO, São Tomás. **Suma Teológica**. Tradução de Alexandre Corrêa. 2. ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Livraria Sulina Editora Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980. Disponível em: <<https://permanencia.org.br/drupal/node/4905>>. Acesso em: 28 de abr. de 2021.

BENTO XVI. **Audiência**. 02 jan. 2008. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2008/documents/hf_ben-xvi_aud_20080102.html>. Acesso em: 09 de ago. de 2021.

BENTO XVI. **Audiência**, 08.abr. 2009. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2009/documents/hf_ben-xvi_aud_20090408.html>. Acesso em: 28 de set. de 2021.

BENTO XVI. Exortação Apostólica Pós-Sinodal **Verbum Domini**. 30 set. 2010. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/apost_exhortations/documents/hf_ben-xvi_exh_20100930_verbum-domini.html>. Acesso em: 31 de out. de 2021.

BENTO XVI. **Audiência**, 21 dez. 2011. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2011/documents/hf_ben-xvi_aud_20111221.html>. Acesso em: 28 de set. de 2021.

BENTO XVI. **Audiência**. 15 agost. 2012. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/homilies/2012/documents/hf_ben-xvi_hom_20120815_assunzione.html>. Acesso em: 12 de nov. de 2021.

BENTO XVI. **Homilia**. 02 fev. 2013. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/homilies/2013/documents/hf_ben-xvi_hom_20130202_vita-consacrata.html>. Acesso: 26 de set. de 2013.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada Ave-Maria**. 185. ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 1959, (impressão 2001). 1632 p.

BOFF, Clodovis, OSM. **Introdução à Mariologia**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p.18.

BOULET, A. **Imitação de Maria**. In: CAZELLES, H.;BOSSARD, A; HOLSTEIN, H. (dir.) et al. Dicionário Mariano. Tradução de António Vieira. Porto, Portugal-Aparecida: Perpétuo Socorro-Santuário, 1988, p. 89-90.

CANTALAMESSA, Raniero. **Maria: um espelho para a Igreja**. Tradução: Lino Rampazzo. 16. ed. Aparecida: Santuário, 1992.

CANTALAMESSA, Raniero. **O poder da Cruz**: meditação para a Sexta-Feira Santa na Basílica de São Pedro. Tradução: Maurício Ruffier, SJ e Alda da Anunciação Machado. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 9. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ave-Maria, Loyola, Paulinas, Paulus. 2011. 938 p.

CAZELLES, H. Fidelidade. In: CAZELLES, H.; BOSSARD, A.; HOLSTEIN, H. (dir.) et al. **Dicionário Mariano**. Tradução de António Vieira. Porto, Portugal-Aparecida: Perpétuo Socorro-Santuário, 1988, p. 78.

COMPÊNDIO VATICANO II. **Constituições e Decretos**. Introdução e índice analítico: Frei Boaventura Kloppenburg O.F.M. Petrópolis: Vozes, 2000.

CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA **Dei Verbum** sobre a revelação divina. In: COMPÊNDIO DO VATICANO II: constituições, decretos, declarações. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA **Lumen Gentium** sobre a Igreja. In: COMPÊNDIO DO VATICANO II: constituições, decretos, declarações. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

DE FIORES, S. Maria. In: BORRIELLO, L; CARUANA, E.; GENIO, M. R. Del; SUFFI, N (dir). **Dicionário de Mística**. São Paulo: Paulus, Loyola, 2003, p.663; 665.

DENZINGER, Heinrich. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral**. Tradução: José Marino Luz e Johan Koning. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2007.

FORTE, Bruno. **Maria, a Mulher Ícone do Mistério**. Tradução: Benôni Lemos. São Paulo: Paulinas, 1991.

GARRIGOU-LAGRANGE, Réginald. **A Mãe do Salvador**: e nossa vida interior. Tradução de José Eduardo Câmara de Barros Carneiro. Campinas, SP: Ecclesiae, 2017.

GAMBERO, L. Culto. In: FIORES, S. de; MEO, S. (dir.). **Dicionário de Mariologia**. Tradução de Álvaro A. Cunha, Honório Dalbosco e Isabel F. L. Ferreira. São Paulo: Paulus, 1995, p. 365.

GHERARDINI, B. Igreja. In: FIORES, S. de; MEO, S. (dir.). **Dicionário de Mariologia**. Tradução de Álvaro A. Cunha, Honório Dalbosco e Isabel F. L. Ferreira. São Paulo: Paulus, 1995, p. 589.

GOFFI, T. Espiritualidade. In: FIORES, S. de; MEO, S. (dir.). **Dicionário de Mariologia**. Tradução de Álvaro A. Cunha, Honório Dalbosco e Isabel F. L. Ferreira. São Paulo: Paulus, 1995, p. 474.

GONZALEZ, Carlos Ignacio S. I. **Maria evangelizada, e Evangelizadora**. Tradução: José A. Ceschin. São Paulo: Loyola, 1990.

HAUKE, Manfred. **Introdução à Mariologia**. Tradução: José Teixeira Neto. Campinas: Ecclesiae, 2021.

HOLSTEIN, H. Igreja e Maria. *In*: CAZELLES, H.;BOSSARD, A.; HOLSTEIN, H. (dir.) et al. **Dicionário Mariano**. Tradução de António Vieira. Porto, Portugal-Aparecida: Perpétuo Socorro-Santuário, 1988, p. 83-85.

JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica RM sobre a Bem-Aventurada Virgem Maria na vida da Igreja que está a caminho**. 25 mar. 1987. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-t/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_25031987_redemptoris-mater.html>. Acesso em: 22 de fev. de 2021.

JOÃO PAULO II. **Audiência**. 24 de jan.1979. Disponível em: 24 jan. 1979. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/audiences/1979/documents/hf_jp-ii_aud_19790124.html>. Acesso em 25 de set. de 2021.

JOÃO PAULO II. **Carta Apostólica Tertio Millennio Adveniente**. 10 nov. 1994. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_letters/1994/documents/hf_jp-ii_apl_19941110_tertio-millennio-adveniente.html>. Acesso em 12 de out. de 2021.

JOÃO PAULO II. **Carta Apostólica Rosarium Virginis Mariae sobre o rosário**. 16 out. 2002. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_letters/2002/documents/hf_jp-ii_apl_20021016_rosarium-virginis-mariae.html>. Acesso em: 02 de nov. de 2021.

JOÃO PAULO II. **Exortação Apostólica Redemptionis Donum**. Aos religiosos e às religiosas. 25 març. 1984. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_25031984_redemptionis-donum.html>. Acesso em: 31 de out. de 2021.

JOÃO PAULO II, Papa. **A Virgem Maria: 58 catequeses do Papa João Paulo II sobre Nossa Senhora**. 6. ed. Lorena: Cléofas, 2006.

KOEHLER, Th. História da Mariologia. *In*: FIORES, S. de; MEO, S. (dir.). **Dicionário de Mariologia**. Tradução de Álvaro A. Cunha, Honório Dalbosco e Isabel F. L. Ferreira. São Paulo: Paulus, 1995, p. 573-574.

LAURENTIN, René. **Breve Tratado de Teologia Mariana**. Tradução: Rose Marie Muraro. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1965.

LAURENCEAU, J. **Evangelização e piedade mariana**. *In*: CAZELLES, H.;BOSSARD, A.; HOLSTEIN, H. (dir.) et al. **Dicionário Mariano**. Tradução de António Vieira. Porto, Portugal-Aparecida: Perpétuo Socorro-Santuário, 1988, p. 69-71.

LEÃO XIII. **Carta Encíclica Adiutricem Populi sobre o Rosário de Nossa Senhora**. 5 set. 1895. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_05091895_aditutricem.html>. Acesso em: 07 de set. de 2021.

LYON, Irineu de. **Contra as Heresias**. Tradução: Lourenço Costa. São Paulo: Paulus, 1995.

LYON, Irineu de. **Adversus Haereses**. Tradução de Lourenço Costa. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1997. v.4.

MARÍN, Pe. Antonio Royo, OP. **A Virgem Maria: Teologia e espiritualidade marianas.** Tradução: Evaniele Antonia de Oliveira Santos. 2. ed. Anápolis: Magnificat, 2020.

MEO, Salvatore; DE FIORES, Stefano (org.). **Dicionário de Mariologia:** Tradução de Álvaro A. Cunha et al. São Paulo: Paulus, 1995, p. 872; 790; 189.

NEVES, Pe. Audálio, C.M. **Maria no Evangelho.** São Paulo: Loyola, 1987.

OROZCO, Antonio. **Mãe de Deus e Mãe nossa.** Tradução: Luciana Pricoli Vilela. São Paulo: Quadrante, 2016.

OSSANNA, T. F. Modelo Evangélico. In: FIORES, S. de; MEO, S. (dir.). **Dicionário de Mariologia.** Tradução de Álvaro A. Cunha, Honório Dalbosco e Isabel F. L. Ferreira. São Paulo: Paulus, 1995, p. 904-907.

PAULO VI. **Discurso na Clausura da terceira sessão do Concílio Vaticano II.** 21 nov. 1964. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1964/documents/hf_p-vi_spe_19641121_conclusions-iii-sessions.html>. Acesso em: 10 de set. de 2021.

PAULO VI. **Constituição Pastoral Gaudium et Spes** sobre a Igreja no mundo atual. 07 dez. 1965. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/apost_exhortations/documents/hf_ben-xvi_exh_20100930_verbum-domini.html>. Acesso em: 31 de out. de 2021.

PAULO VI. **Exortação Apostólica Signum Magnum.** 13 de maio de 1967. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19670513_signum-magnum.html>. Acesso em 24 de fev. 2021.

PAULO VI. **Exortação Apostólica Marialis Cultus.** 02 fev. 1974. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19740202_marialis-cultus.html>. Acesso em: 24 de fev. 2021.

LINHARES PINTO, Rafael Augusto. **Compêndio de Mariologia.** São Paulo: Cultor de Livros, 2018.

PIO X. **Carta Encíclica Ad Diem Illum,** Maria Mediadora das Graças. 02 de fev. 1904. In: DENZINGER: Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral. São Paulo: Paulinas/Loyola, 2007, p. 729-730.

PIO XII. **Carta Encíclica Ad Caeli Reginam.** 11 out. 1954. Disponível em: http://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_11101954_ad-caeli-reginam.html. Acesso em: 24 de nov. de 2020.

PRÉVOST, J.-P. **Anunciação.** In: CAZELLES, H.; BOSSARD, A.; HOLSTEIN, H. (dir.) et al. **Dicionário Mariano.** Tradução de António Vieira. Porto, Portugal-Aparecida: Perpétuo Socorro-Santuário, 1988, p. 15-18.

PREVOST, J.-P. Apresentação de Jesus. In: CAZELLES, H.; BOSSARD, A.; HOLSTEIN, H. (Dirs.) et al. **Dicionário Mariano.** Tradução de António Vieira. Porto, Portugal-Aparecida: Perpétuo Socorro-Santuário, 1988, p. 24.

RATZINGER, J; BALTHASAR, H. V. **Maria Primeira Igreja**. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2004.

RATZINGER, Joseph. **Introdução ao Cristianismo**. Tradução: Alfred J.Keller. 8. Ed. São Paulo: Loyola, 2015.

RATZINGER, Joseph. **A infância de Jesus**. Tradução: Bruno Bastos lins. São Paulo: Planeta, 2012.

SARTOR, D. Assunção. *In*: FIORES, S. de; MEO, S. (Dir.). **Dicionário de Mariologia**. Tradução de Álvaro A. Cunha, Honório Dalbosco e Isabel F. L. Ferreira. São Paulo: Paulus, 1995, p. 189.

SERRA, A. Bíblia. *In*: FIORES, S. de; MEO, S. (Dir.). **Dicionário de Mariologia**. Tradução de Álvaro A. Cunha, Honório Dalbosco e Isabel F. L. Ferreira. São Paulo: Paulus, 1995, p. 211; 215.

SESBOUE, Bernard; BOURGEOIS, Henri; TIHON, Paul. **História dos Dogmas: Os sinais da salvação**. 2. ed. São Paulo, 2005.

SCHEEBEN, M. J. **A Mãe do Senhor**. São Paulo: Cultor de livros, 1960.

STRADA, Angel L. **Maria: um exemplo de Mulher**. 3. ed. São Paulo: Ave Maria, 1998.

TANQUEREY, Adolph. **Compêndio de teologia Ascética e Mística**: Tradução Dalton César Zimmermann. Campinas: Ecclesiae, 2018.

TANQUEREY, Adolph. **A vida espiritual**: explicada e comentada. Anápolis/GO: Múltipla Gráfica e Editora Ltda, 2007.

TOSTAIN, A. **Calvário**. *In*: CAZELLES, H.;BOSSARD, A.; HOLSTEIN, H. (dir.) et al. **Dicionário Mariano**. Tradução de António Vieira. Porto, Portugal-Aparecida: Perpétuo Socorro-Santuário, 1988, p. 35-38.

